## MARILAN ALIMENTOS S.A.

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2025

Data: Aos 03 dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco. Hora: Às 10:00 horas. Local: Na sede social da Marilan

("Obrigações Garantidas"), a Garla comparece à Escritura de Emissão, como fiadora, principal pagadora e responsável Alimentos S.A. ("Companhia" e "Emissora"), localizada na Avenida José de Grande, nº 518, Anexo 642, Jardim Parati, CEP 17519- solidariamente com a Emissora, de forma irrevogável e irretratável, solidários entre si, pelo pagamento pontual, quando devido 903, no Município de Marília, Estado de São Paulo. **Presença**: Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 18 do estatuto social em vigor da Companhia e da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das **Sociedades por Ações"**), a saber: (Î) o Presidente, **Sr. Rodrigo Garla**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG SSP/SP nº 28.343.981-6 e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério acommistration, portation de Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda ("CPF") sob o nº 204.042.408-36, residente e domiciliado Rua António Marangão, nº 30, Jardins de Renoir, CEP 17516-823, município de Marilla, Estado de São Paulo; e (ii) Conselheiros, sem designação específica: Sr. Carlos Henrique Araújo Garla, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade de RG. SSP/SP nº 33.214.347-8 e inscrito no CPF sob o nº 214.762.618-06, residente e domiciliado a Rua José Alfredo de Almeida nº 240 - Casa 13. Condencio Cuintes de Rua Suma de Rua José Alfredo de Almeida nº 240 - Casa 13. Condencio Cuintes de Rua Suma de Rua José Alfredo de Almeida nº 240 - Casa 13. Condencio Cuintes de Rua Suma Rua José Alfredo de Almeida nº 240 - Casa 13. Condencio Cuintes de Rua José Alfredo de Almeida nº 240 - Casa 13. Condencio Cuintes de Rua José Alfredo de Almeida nº 240 - Casa 13. Condencio Cuintes de Rua José Alfredo de Almeida nº 240 - Casa 13. Condencio Cuintes de Rua José Alfredo de Almeida nº 240 - Casa 13. Condencio Cuintes de Rua José Alfredo de Almeida nº 240 - Casa 13. Condencio Cuintes de Rua José Alfredo de Almeida nº 240 - Casa 13. Condencio Cuintes de Rua José Alfredo de Almeida nº 240 - Casa 13. Condencio Cuintes de Rua José Alfredo de Almeida nº 240 - Casa 13. Condencio Cuintes de Rua José Alfredo de Almeida nº 240 - Casa 13. Condencio Cuintes de Rua José Alfredo de Almeida nº 240 - Casa 13. Condencio Cuintes de Rua José Alfredo de Almeida nº 240 - Casa 13. Condencio Cuintes de Rua José Alfredo de Almeida nº 240 - Casa 13. Condencio Cuintes de Rua José Alfredo de Almeida nº 240 - Casa 13. Condencio Cuintes de Rua José Alfredo de Almeida nº 240 - Casa 13. Condencio Cuintes de Rua José Alfredo de Almeida nº 240 - Casa 13. Condencio Cuintes de Rua José Alfredo de Almeida nº 240 - Casa 13. Condencio Cuintes de Rua José Alfredo de Rua José Alfredo de Almeida nº 240 - Casa 13. Condencio Cuintes de Rua José Alfredo de Almeida nº 240 - Casa 13. Condencio Cuintes de Rua José Alfredo de Almeida or 214.762.618-06, residente e domiciliado a Rua José Alfredo de Almeida, nº 240 - Casa 13, Condomínio Quintas do Bonfim, Bairro Senador Salgado Filho, CEP 17502-220, município de Marília, Estado de São Paulo; e do **Sr. Luis Gustavo Garla**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade de RG SSP/SP nº 19.341.925-7 e inscrito no CPF sob o nº 096.378.638-50, residente e domiciliado a Rua das Turquesas, nº 280, Jardim Tangará, CEP 17516-090, município de Marília, Estado de São Paulo. **Composição da Mesa**: Assumiu a presidência da reunião o Presidente do Conselho de Administração, Sr. Rodrigo Garla, que convidou a mim, Carlos Henrique Araújo Garla, para servir como secretário. **Ordem do dia:** Deliberar a respeito das seguintes matérias: (i) a realização, pela Companhia, nos termos do artigo 20, parágrafo único, item (ii), subitem (II) do estatuto social em vigor, da sua 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, no valor total de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático, sem análise prévia da Comissão de Valores Mobiliários"), nos termos da Lei nº 6.835, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), dos artigos 26, inciso X e do artigo 27, inciso I da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme em vigor ("Resolução CVM 160"), e demais leis e regulamentações aplicáveis ("Oferta"), por meio do "Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, Sob Rito de Registro Automático, para Distribuição Pública, da Marilan Alimentos S.A." ("Escritura de Emissão"), a ser celebrada entre a Companhia, a GARLA PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida das Esmeraídas, nº 1.369, Jardim Tangara, CEP 17516-000, cidade de Marília, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 05.569.067/0001-65, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o nº 35300194969 ("Garla" ou "Fiadora"); a MARILAN NORDESTE INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA., sociedade limitada, com sede na Avenida Maximiliano Garla, s/n, Lote GL F, Distrito Industrial, CEP 53652-015, cidade de Igarassu, Estado de Pernambuco, inscrita no CNPJ sob o nº 31.663.881/0001-54, registrada na Junta Comercial do Estado de Pernambuco ("JUCEPE") sob o NIRE 26202452931 ("Marilan Nordeste" e, em conjunto com Garla, "Garantidoras"): e a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com filial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.954, 10º andar, conjunto 101, Jardim Paulistano, CEP 01451-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0003-08 ("Agente Fiduciário"), na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"); (ii) a outorga, pela Companhia, nos termos do artigo 20, parágrafo único, item (ii), subitem (I), de seu Estatuto Social, em favor dos Debenturistas, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido), em garantia ao pagamento integral e tempestivo da totalidade das Obrigações Garantidas (conforme abaixo definido), en garante as pagamento integral e tempestivo da totalidade das Obrigações Garantidas (conforme abaixo definido), nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária, (conforme definido abaixo), no âmbito da Emissão e a consequente celebração do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária"); (iii) a outorga, pela Companhia, nos termos do artigo 20, parágrafo único, item (ii), subitem (I), de seu Estatuto Social, em favor dos Debenturistas, da Alienação Fiduciária de Quotas 20, paragrato unico, item (ii), subitem (i), de seu Estatuto Social, em tavor dos Debenturistas, da Alienação Flouciaria de Quotas (conforme abaixo definido), em garantia ao pagamento integral e tempestivo da totalidade das Obrigações Garantidas, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão e no Contrato de Alienação Fiduciária de Quota (conforme definido abaixo), no âmbito da Emissão e a consequente celebração do "Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas Sob Condição Resolutiva e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Companhia, o Agente Fiduciário e a Siena Industria e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 78.002.037/0001-46 ("Sociedade Adquirida" e "Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas"), observada a Condição Resolutiva (conforme abaixo definido); (iv) autorizar a prática, pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia, de todos os atos que forem necessários à efetivação da deliberação acima, incluindo, mas não se limitando: (a) a contratação de instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitar para realizar a distribuição das Debéntures no contratação de instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para realizar a distribuição das Debêntures no âmbito da Oferta ("Coordenadores"); (b) a contratação dos demais prestadores de serviços para fins da Oferta, tais como o Agente Fiduciário, o Escriturador (conforme definido abaixo), o Banco Liquidante (conforme definido abaixo), a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3"), os assessores legais, entre outros; (c) a negociação e a celebração da Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária, do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas, do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel (conforme abaixo definido) na qualidade de interveniente anuente, do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, Sob Rito de Registro Automático, da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, da Marilan Alimentos S.A" ("Contrato de Coordenação") e dos demais documentos necessários à realização da Emissão e da Oferta, inclusive eventuais aditamentos, bem como a realização do registro dos referidos documentos, conforme aplicável, perante os órgãos competentes, além da celebração de procurações, conforme aplicável; e (v) a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia, relacionados as deliberações acima. **Deliberações**: Por unanimidade de votos, sem quaisquer restrições, reservas ou oposição de qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia, foi aprovado: (i) a realização, nos termos do artigo 59, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações, da Emissão e da Oferta as quais terão as seguintes características e condições que serão detalhadas na Escritura de Emissão: (a) Número da Emissão: A Emissão constitui a 3º (terceira) emissão de Debêntures da Emissora. (b) Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão será de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Total da Emissão"). (c) Número de Séries: A Emissão será realizada em série única. (d) Banco Liquidante e Escriturador: O banco liquidante será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Praca Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Bloco Torre Olavo Setúbal, CEP 04344-020, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante"), enquanto o escriturador da Emissão será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar, parte, CEP 04538-132, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador"). (e) Regime de Colocação e Procedimento de Distribuição: As Debêntures serão objeto de distribuição pública, exclusivamente para Investidores Profissionais (conforme definido na Escritura de Emissão), a ser registrada sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, e do artigo 26, inciso X da Resolução CVM 160, sob regime de garantia firme de colocação para o Valor Total da Emissão ("Garantia Firme"), com a intermediação dos Coordenadores, de acordo com os termos previstos no Contrato de Coordenação, a ser celebrado entre a Emissora, as Garantidoras e os Coordenadores. (f) Destinação de Recursos: Os recursos obtidos com a Emissão serão integralmente utilizados para reforço de caixa da Emissora. (g) Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures é a data prevista na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"). (h) Data de Início da Rentabilidade: Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a Primeira Data de ntegralização (conforme definido abaixo). (i) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade: As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures. (j) Conversibilidade: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora e nem permutáveis em ações de outra empresa. (k) Espécie: As Debêntures são da espécie com tia real, com garantia adicional fidejussória, nos termos da Escritura de Emissão e do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. (I) Prazo e Data de Vencimento: Para todos os fins e efeitos legais, as Debêntures terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos a contar da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, na data prevista na Escritura de Emissão ("Data de Vencimento"), ressalvados eventos de Vencimento Antecipado (conforme definido na Escritura de Emissão), de Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo) e resgate da totalidade das Debêntures decorrente da Oferta de Resgate Antecipado Total (conforme definido abaixo). (m) Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"). (n) Quantidade de Debêntures Emitidas: Serão emitidas 200.000 (duzentas mil) Debêntures. (o) Prazo e Forma de Subscrição e Integralização: As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário, na primeira data de subscrição e integralização (**"Primeira Data de Integralização"**), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. Caso qualquer Debênture venha ser integralizada em data diversa e posterior à Primeira Data de Integralização, a integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculados pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização até a data de sua efetiva integralização. (p) Atualização Monetária: As Debêntures não terão seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado monetariamente. (q) Remuneração: A partir da Primeira Data de Integralização das Debêntures, sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da taxa média diária de juros dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela B3 no informativo diário disponível em sua página na rede mundial de computadores (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). A Remuneração das Debêntures será incidente sobre seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, sendo calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures, ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Pagamento da Remuneração subsequente, ressalvadas as hipóteses de pagamento decorrentes dos eventos de Vencimento Antecipado, de Resgate Antecipado Facultativo ou Oferta de Resgate Antecipado Total, de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão. (r) Pagamento da Remuneração: A Remuneração das Debêntures será paga trimestralmente a partir da Data de Emissão, nos dias previstos na Escritura de Emissão dos meses de pagamento decorrentes dos eventos de Vencimento Antecipado, de Resgate Antecipado relacultativo e de resgate antecipado total CVM 77"). As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria da Emissi decorrente da Oferta de Resgate Antecipado Total previstos na Escritura de Emissão (sendo cada data de pagamento da remuneração denominada "Data de Pagamento da Remuneração"). (s) Amortização do saldo do Valor Nominal Unitário: O decorrente da Oferia de Pagamento da Remuneração ). (s) Autorreceptor do A2º (quadragésimo segundo) mes saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado semestralmente a partir do 42º (quadragésimo segundo) mes (inclusive) contado da Data de Emissão, em 8 (oito) parcelas, sendo a primeira paga conforme previsto na Escritura de Emissão, em 8 (oito) parcelas, sendo a primeira paga conforme previsto na Escritura de Emissão, em 8 (oito) parcelas, sendo a primeira paga conforme previsto na Escritura de Emissão, em 8 (oito) parcelas, sendo a primeira paga conforme previsto na Escritura de Emissão e ressalvados os eventos de Vencimento Antecipado Total e conforme tabela prevista na Escritura de Emissão antecipado total decorrente da Oferta de Resgate Antecipado Total e conforme tabela prevista na Escritura de Emissão das Debêntures"). (t) Local de Pagamento: Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela "Amortização das Debêntures"). (t) Local de Pagamento: Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures não estarem custodiadas das Debêntures e a Carda de Pagamento da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento de Remunera se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional. (v) Encargos Moratórios: Ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, ressalvado o disposto na cláusula 4.16 da Escritura de Emissão, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios"). (w) Repactuação: As Debêntures não serão objeto de repactuação programada. (x) Desmembramento: Não será admitido desmembramento, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das de Alienação Fiduciária de Imóvel, do Contrato de Coordenação e dos demais documentos necessários à realização da Emissão Sociedades por Ações; (y) Garantia Fidejussória: Para assegurar o fiel, integral, correto e pontual cumprimento pela Emissora em relação a todas e quaisquer obrigações, principais ou acessórias, presentes e/ou futuras assumidas pela Emissora nos termos das Debêntures, da Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia, incluindo todos e quaisquer valores, sem limitação, como o Valor

(tanto na Data de Vencimento, quanto na hipótese de vencimento antecipado ou em qualquer outra, conforme previsto na Escritura de Emissão), das Obrigações Garantidas atualmente existentes ou que vierem a existir no âmbito da Emissão ("Fiança"). Garantia Real: Em garantia do fiel, pontual, correto e integral pagamento das Obrigações Garantidas, as Debêntures contarão com a sobre (1) a totalidade dos direitos creditórios presentes e futuros, de titularidade da Emissora e da Marilan Nordeste (em conjunto "Cedentes"), provenientes de prestação de serviços pelas Cedentes junto a seus clientes cuja cobrança deverá ser feita por meio de boletos bancários, de tempos em tempos emitidos para pagamento pelos clientes das Cedentes, conforme o caso ("Boletos") considerando os Critérios de Elegibilidade (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), e cujos recursos devem ser depositados nas Contas Vinculadas (conforme abaixo definido) ("Carteira de Cobrança"), incluindo todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a elas relacionados, bem como todos e quaisquer encargos, multas compensatórias ou indenizatórias devidas pelos referidos devedores dos Boletos às Cedentes ("Recebíveis Boletos"), bem como de eventuais valores depositados nas Contas Vinculadas decorrentes de créditos em conta realizados pelos cliente provenientes de relações comerciais das Cedentes ("Recebíveis Clientes"); (2) as contas correntes de titularidade das Cedentes, a serem abertas junto ao Banco Depositário (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) ("Contas Vinculadas"), bem como todos os direitos creditórios de titularidade das Cedentes, recursos, valores depositados e/ou quaisquer outros direitos creditórios decorrentes, a qualquer tempo, das Contas Vinculadas, nos termos e condições estabelecidos no Contrato de Cessão Fiduciária e no Contrato de Depositário (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária); e (3) todos os direitos, atuais ou futuros, detidos e a serem detidos pelas Cedentes como resultado dos valores depositados nas Contas Vinculadas, ainda que em trânsito ou em processo de compensação bancária, seus frutos e rendimentos, incluindo os aplicados nos investimentos permitidos a serem definidos no Contrato de Depositário (sendo os itens "(1)" a "(3)" definidos em conjunto como "Direitos Cedidos") observado que os Direitos Cedidos deverão representar, a todo momento, pelo menos a Razão Mínima de Garantia (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), conforme estipulado no Contrato de Cessão Fiduciária a ser celebrado entre as Cedentes, e o Agente Fiduciário ("Cessão Fiduciária"); (ii) alienação fiduciária, pela Emissora, de determinadas quotas de emissão da Sociedade Adquirida de sua propriedade, existentes e que venham a ser emitidas e que sejam de titularidade da Emissora, que representam 70% (setenta por cento) das quotas de emissão da Sociedade Adquirida ("Quotas Alienadas"), bem como todos os frutos, rendimentos, vantagens e remunerações que forem expressamente atribuídos às Quotas Alienadas, incluindo todos os dividendos (em dinheiro, espécie ou mediante distribuição de novas ações), lucros, pagamentos, créditos, bonificações, direitos econômicos, juros sobre capital próprio, distribuições, reembolso de capital, bônus e demais valores efetivamente creditados, pagos, entregues, recebidos ou a serem recebidos ou, de qualquer outra forma, distribuídos à Emissora em razão da titularidade das Quotas Alienadas, sem limitar, todas as preferências e vantagens que forem atribuídas, expressamente, às Quotas Alienadas, a qualquer título, inclusive, lucros, proventos decorrentes do fluxo de dividendos, juros sobre o capital próprio, valores devidos por conta de redução de capital, amortização, resgate, reembolso ou outra operação e todos os demais proventos ou valores que, de qualquer outra forma, tenham sido e/ou que venham a ser declarados e ainda não tenham sido distribuídos, inclusive, mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de disposição ou alienação das Quotas Alienadas, e quaisquer bens, valores mobiliários ou títulos nos quais as Quotas Alienadas sejam convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários) ("Alienação Fiduciária de Quotas") nos termos e condições previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas, a ser celebrado entre a Emissora na qualidade de alienante, o Agente Fiduciário e a Sociedade Adquirida, observada a Condição Resolutiva; e (iii) alienação fiduciária, pela Garla, de imóvel de sua titularidade objeto da matrícula nº 22.442, perante o 1º Oficial de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Marília, Estado de São Paulo ("Imóvel", "Cartório de Registro de Imóveis" e "Alienação Fiduciária de Imóveis" e, quando em conjunto com a Alienação Fiduciária de Quotas e a Cessão Fiduciária, as "Garantias Reais"), nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Emissora, a Garla e o Agente Fiduciário em até 360 (trezentos e sessenta) dias contados da Primeira Data de Integralização, na forma do Anexo I à Escritura de Emissão, observado que o valor do Imóvel deverá corresponder a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do Saldo Devedor ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel" e, em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária e com o Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas, os "Contratos de Garantia"), observado o previsto no item "ix" da cláusula 6.2.1. da Escritura de Emissão. Adicionalmente, no até a celebração do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel, a Emissora deverá apresentar ao Agente Fiduciário as seguintes informações e documentos: (i) certidão quinzenária, emitida até 30 (trinta) dias antes da data de celebração do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel; (ii) certidão de matrícula atualizada do Imóvel, emitida até 30 (trinta) dias antes da data de celebração do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel; (iii) certidão negativa de embargos ambientais emitida pelo IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; (İv) lista atualizada de empresas do Cadastro de Empregadores, por manter trabalhadores em condições análogas às de escravo, nos termos da Portaria Interministerial MTE/ MDHC nº 15, de 26 de julho de 2024, comprovando a não inclusão da Emissora e da Garla na referida lista; (v) certidão negativa de débitos imobiliários, emitida até 30 (trinta) dias antes da data de celebração do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel; (vi) apólice se seguro do Imóvel, contendo o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, como beneficiário do sinistro total do Imóvel, durante toda a vigência da operação, conforme previsto no modelo do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel no Anexo I; (vii) laudo de avaliação atualizado, contemplando, que as construções não averbadas ou averbadas parcialmente, não excedem a 15% (quinze por cento) do valor total de avaliação do Imóvel, conforme previsto no modelo do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel no Anexo I; e (viii) relatório LIC (Levantamento Indícios de Contaminação), elaborado por empresa a ser escolhida a exclusivo critério da Emissora, constatando que o Imóvel não se encontra em área classificada como contaminada. Para fins desta Cláusula, a validade das certidões será aquela indicada na referida certidão ou, na ausência de validade expressa, serão consideradas válidas as certidões emitidas em até 30 (trinta) dias antes da data de celebração do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel. Condição Resolutiva: Para fins da Escritura de Emissão, a eficácia da Alienação Fiduciária de Quotas, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas, estará condicionada de forma resolutiva, nos termos do artigo 127 e seguintes do Código Civil, à ocorrência cumulativa das condições a seguir: (i) a obtenção do registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel, nos termos da Escritura de Emissão, perante o Cartório de Registro de Imóveis; e (ii) a obtenção do registro do Contrato de Cessão Fiduciária perante o Cartório de Títulos e Documentos da cidade de Marília, Estado de São Paulo ("Condição Resolutiva"). (z) Resgate Antecipado Facultativo Total: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir de 17 de outubro de 2027, inclusive, resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Emissora será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização, ou a data do pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, mais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total ("Valor de Resgate Antecipado Facultativo"), acrescidos de prêmio flat sobre o Valor de Resgate Antecipado Facultativo, ela abaixo. Não será permitido o resgate antecipado parcial das Debêntures.

Período	Prêmio do Resgate antecipado Facultativo Total (Flat)					
A partir de 17 de outubro de 2027 (inclusive) até 17 de outubro de 2028 (exclusive)	1,00%					
A partir de 17 de outubro de 2028 (inclusive) até 17 de outubro de 2029 (exclusive)	0,80%					
A partir de 17 de outubro de 2029 (inclusive) até 17 de outubro de 2030 (exclusive)	0,60%					
A partir de 17 de outubro de 2030 (inclusive) até 17 de outubro de 2031 (exclusive)	0,40%					
A partir de 17 de outubro de 2031 (inclusive) até a Data de Vencimento (exclusive)	0,20%					

a amortização extraordinária facultativa até o limite de 98% (noventa e oito inteiros por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário ("Amortização Extraordinária"). Por ocasião da Amortização Extraordinária, o valor devido pela Emissora será equivalente a parcela do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debentures a serem amortizadas extraordinariamente, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização, ou a Data do Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária, mais encargos devidos não pagos até a data da Amortização Extraordinária ("Valor de Amortização Extraordinária"), acrescidos de prêmio flat sobre Valor de Amortização Extraordinária conforme tabela abaixo:

Período	Prêmio da Amortização Extraordinária (Flat)		
A partir de 17 de outubro de 2027 (inclusive) até 17 de outubro de 2028 (exclusive)	1,00%		
A partir de 17 de outubro de 2028 (inclusive) até 17 de outubro de 2029 (exclusive)	0,80%		
A partir de 17 de outubro de 2029 (inclusive) até 17 de outubro de 2030 (exclusive)	0,60%		
A partir de 17 de outubro de 2030 (inclusive) até 17 de outubro de 2031 (exclusive)	0,40%		
A partir de 17 de outubro de 2031 (inclusive) até a Data de Vencimento (exclusive)	0,20%		

(bb) Oferta de Resgate Antecipado Total: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado total das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures de sua titularidade ("Oferta de Resgate Antecipado Total"). A Oferta de Resgate Antecipado Total será operacionalizada da forma descrita na Escritura de Emissão. O valor da Oferta de Resgate Antecipado Total devido pela Emissora será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, acrescido de prémio de resgate antecipado, caso exista, e demais encargos devidos e não pagos até a data da Oferta de Resgate Antecipado Total. Não será permitida a oferta de resgate antecipado parcial. (cc) Aquisição Facultativa: A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures, de acordo com os procedimentos estabelecidos pela CVM, observados o disposto no parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na Resolução da CVM nº 77, de 29 de marco de 2022 ("Resolução ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, devida até a data do efetivo pagamento, e dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, na ciência da ocorrência de qualquer das hipóteses descritas na Escritura de Emissão. (ii) a outorga, pela Companhia, em favor dos Debenturistas, da Cessão Fiduciária, em garantia ao pagamento integral e tempestivo da totalidade das Obrigações Garantidas, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária; (iii) a outorga, pela Companhia, em favor dos Debenturistas, da Alienação Fiduciária de Quotas, em garantia ao pagamento integral e tempestivo da totalidade das Obrigações Garantidas, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão e no Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas; (iv) a autorização a prática, pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia, de todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima, incluindo, mas não se limitando: (a) a contratação dos Coordenadores; (b) a contratação dos demais prestadores de serviços para fins da Oferta, tais como o Agente Fiduciário, o Escriturador, o Banco Liquidante, a B3, os assessores legais, entre outros; (c) a negociação e a celebração da Escritura de Emissão do Contrato de Cessão Fiduciária do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas, do Contrato e da Oferta, inclusive eventuais aditamentos bem como a realização do registro dos referidos documentos, conforme aplicável perante os órgãos competentes, além da celebração de procurações, conforme aplicável; e (v) a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia, relacionados às deliberações acima. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão para que se lavrasse a presente ata, em 3 Debêntures, da Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia, incluindo todos e quaisquer valores, sem limitação, como o vaior nominal Unitário das Debêntures, a Remuneração, os Encargos Moratórios, verbas de caráter indenizatório, a remuneração do Agente Fiduciário e demais despesas por este realizadas na execução da sua função, bem como todo e qualquer custo ou despesa, inclusive de honorários advocatícios, peritos ou avaliadores, comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário, do Banco Liquidante, do Escriturador ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos, outras medidas judiciais e/ou de Indicator procedimentos a uniciados pela Diretoria e demais representantes legais da Contingatina, relacionados pela Diretoria e demais representantes legais da Contingatina, relacionados pela Diretoria e demais representantes legais da Contingatina, relacionados pela Diretoria e demais representantes legais da Contingatina, relacionados pela Diretoria e demais representantes legais da Contingatina, relacionados pela Diretoria e demais representantes legais da Contingatina, relacionados pela Diretoria e demais representantes legais da Contingatina, relacionados pela Diretoria e demais representantes legais da Contingatina, relacionados pela Diretoria e demais representantes legais da Contingatina, relacionados pela Diretoria e demais representantes legais da Contingatina, relacionados pela Diretoria e demais representantes legais da Contingatina, relacionados pela Diretoria e demais representantes legais da Contingatina, o S. Presidente deu por encerados os trabalhos, suspendendo antes a sessão para que se lavaração da tratar, o S. Presidente deu por encerados os trabalhos, suspendendo antes a sessão para que se lavaração da tratar, o S. Presidente deu por encerados os trabalhos, suspendendo antes a sessão para que se lavaraç extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e/ou da Escritura de Emissão
Henrique Araújo Garla; Luis Gustavo Garla. JUCESP nº 352.216/25-6 em 10-10-2025.

por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda. ps://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código D48D-F442-5910-8D72



# Klekim Administração e Participação S.A.

EDITAL DE ADIAMENTO E RECONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA E EXTRAORDINÁRIA ica adiada a Assembleia Geral Ordinária e a Ássembleia Extraordinária (AGO/AGE), originariamente convocada par ealizar-se no dia 20 de outubro de 2025, e por este Edital reconvocada para realizar-se no dia 24 de novembro d 1025 às 14:30 horas em primeira convocação, respeitados o quórum legal, e às 15:00 horas em segunda convocação na sede social, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2013, conjunto 4A, São Paulo - SP, com qualquer número de presen tes, com a seguinte ordem do dia: Ordem do Dia: 1. Apresentação do Relatório do Administrador, exame, discussão votação das Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais de 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 ( 2024; 2. Deliberação sobre a destinação do resultado apurado nos referidos exercícios; 3. Eleição de Diretoria con andato até a Assembleia Geral Ordinária de 2027; 4. Informações sobre a proposta para a venda do imóvel situado na Rua da Figueira, 267, bairro do Brás, São Paulo - SP; 4. Informações sobre o andamento da implantação do lotea o de área da Fazenda Aya, no município de Suzano-SP, em parceria com a empresa EMAIS URBANISMO E INCOR PORAÇÕES LTDA, objeto das matrículas nºs 78,764, 78,765, 78,766, 78,767 e 78,768, todas do Cartório de Registr le Imóveis de Suzano – SP, e resultados da parceria; 5. Outros assuntos de interesse geral da Sociedade que não im oliquem em modificação estatutária ou matérias que envolvam quórum especial. Disposições Gerais: Os documento elativos às matérias constantes da ordem do dia, inclusive o Relatório da Administração. Balanco Patrimonial e De monstrações de Resultados, encontram-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social da companhia, desde a data desta publicação, nos termos do artigo 133 da Lei nº 6.404/1976. Instalação da AGO: As assembleias ordinária extraordinária instalar-se-ão em primeira convocação mediante a presença do número legal de acionistas, e em se unda convocação com qual número de acionistas presentes. São Paulo, 14 de outubro de 2025. A Diretoria

## COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES AEROPORTUÁRIAS CNPJ/MF 09.352.896/0001-42 <sup>3</sup> NIRE 35.300.353.170 ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2025

**1. Data, Horário e Local:** No dia 10 de março de 2025, às 10h (dez horas), na sede social da Companhia de Participações Aeroportuárias ("<u>Companhia</u>"), localizada na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º Andar — Parte, Sãc Paulo/SP, CEP 04551-065. **2. Convocação, Presença e Publicação:** Dispensada a convocação prévia, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("LSA"), tendo em vista a presença de acionista: representando a totalidade do capital social da Companhia. Demonstrações Financeiras relativas ao exercício socia ncerrado em 31 de dezembro de 2020. 31 de dezembro de 2021. 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023 nos termos do artigo 133, inciso II, da Lei 6.4047/6, publicadas no jornal "O Dia SP", nos dias 30 de junho de 2023 e 03 de setembro de 2024, respectivamente nas páginas 05 e 04, na versão impressa e simplificada e nas páginas 08, 09, 10, e 5, na versão digital e completa das Demonstrações Financeiras. **3. Mesa:** Presidente: Marcus Vinícius Vieir Macedo. Secretário: Ana Maria de Castro Rovai. **4. Ordem do Dia:** Deliberar acerca: em matéria de **Asseml** Geral Ordinária: aprovação das contas do exercício de 2020, 2021, 2022 e 2023; e em matéria de Assembleia **Geral Extraordinária:** aprovação das futuras publicações dos atos da Companhia pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED. **5. Deliberações:** As acionistas deliberaram e aprovaram, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, as seguintes matérias: 5.1. Autorizar a lavratura desta ata sob a forma de sumário dos fato: ocorridos, como faculta o parágrafo 1º, do artigo 130, da LSA. 5.2. Em matéria de <u>Assembleia Geral Ordinária</u>: 5.2.1 Dar por sanada a realização extemporânea dessa Assembleia. 5.2.2. Os acionistas deliberaram acerca das demonstrações contábeis e correspondentes notas explicativas, os relatórios dos auditores independentes e os relatórios anuais da administração, relatívos aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2021, 2022 e 2023, e aprovaram a prestação de contas da diretoria. 5.2.3. Relativamente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2021, as acionistas aprovaram, por unanimidade, a proposta de destinação do prejuízo apurado para a conta de prejuízos acumulados da Companhia. No que se refere aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2023, as acionistas aprovaram, por unanimidade, a utilização do resultado positivo apurado para a absorção de parte dos prejuízos acumulados da Companhia, relativos aos exercícios anteriores. 5.3. Em matéria de <u>Assembleia Geral Extraordinária</u>: 5.3.1. As sócias aprovam a alteração da forma de publicações da Companhia, autorizando, a partir da presente data e nos termos do artigo 294 da LSA, que as publicações passem a ocorrer digitalmente, por meio do Sistema Público de Escrituração Digital — SPED, na Central de Balanços, incluindo todas as publicações exigidas pelo artigo 289 da LSA. 5.4. Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providência necessárias à implementação das deliberações ora aprovadas. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar suspenderam-se os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma sumária dos fatos ocorridos conforme disposto no artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Reaberta a sessão, foi esta lida ichada conforme, aprovada e assinada pelos presentes. **7. Presentes à Assembleia**: Presidente da Mesa: Marcus inícius Vieira Macedo. Secretário: Ana Maria de Castro Rovai. Acionistas Presentes: (1) CCR España Concesiones Participaciones S.L.U.; (2) Holding IDC S.A.; e (3) Aport S.A. A presente ata é cópia fiel daquela layrada em livro próprio MESA: Marcus Vinícius Vieira Macedo - Presidente da Mesa, Ana Maria de Castro Rovai - Secretário. JUCESF nº 257.098/25-2 em 28.07.2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício

# Garla Participações S.A. CNPJ nº: 05.569.067/0001-65 - NIRE: 35.300.194.969 Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de outubro de 2025

Data: Aos 03 dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco. Hora: Às 10:00 horas. Local Na sede social da Garla Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida das Esmeraldas, no 1.369, Jardim Tangara, CEP 17516-000, no Município de Marília, Estado de São Paulo, reuniram-se os senhores acionistas da Companhia, representando a maioria absoluta do capital social, atendendo a convocações verbais, dispensadas assim, a publicação de editais, na forma do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"). Livro de Presença: Nos termos do que determina o artigo 127 da Lei das Sociedades por Ações assinaram o Livro de Presença, os acionistas que representam a maioria absoluta do capital social da Companhia Composição da Mesa: Por indicação dos presentes, assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. José Geraldo Garla, que convidou a mim, José Rubis Garla, para secretário. Ordem do dia: Deliberar a respeito das seguintes matérias: (I) a outorga de garantia fidejussória, sob forma de fiança, pela Companhia ("Fiança"), em garantia do fiel, integral, correto e pontual cumprimento pela **Marilan Alimentos S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 52.034.139/0001-50 ("Emissora") das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), como fiador, principal pagador e responsável solidariamente com a Emissora, de forma irrevogável e irretratável, solidários entre si, pelo pagamento pontual, quando devido (tanto na Data de Vencimento, quanto na hipótese de vencimento antecipado ou em qualquer outra, conforme previsto na Escritura de Emissão), das Obrigações Garantidas atualmente existentes u que vierem a existir no âmbito dá 3º (terceira) emissão de debentures simples, não conversíveis em ções, em série única, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública, sob o rito de registro automático, sem análise prévia, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), dos artigos 26, inciso X e do artigo 27, inciso I, ambos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme em vigor ("Resolução CVM 160"), e das demais disposições legais regulamentares aplicáveis ("Oferta"), perante os titulares das Debêntures ("Debenturistas"), nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, Sob Rito de Registro Automático, para Distribuição Pública, da Marilan Alimentos S.A." ("Escritura de Emissão"), a ser celebrado entre a Emissora, a Companhia, a MARILAN NORDESTE INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 31.663.881/0001-54 e a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0003-08, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas ("**Agente Fiduciário**"), no valor total de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) e com prazo de vencimento de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão a ser prevista na Escritura de Emissão. Adicionalmente, a Companhia, (a) renúncia expressamente aos benefícios previstos nos artigos 277, 301, 333, parágrafo único, 364, 365, 366, 368, 821, 824, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme em vigor ("Código Civil"), assim como nos artigos 130, II, 131 e artigo 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme em vigor ("Código de Processo Civil"); (b) em razão da obrigação solidária, reconhece que não lhe assiste o benefício de ordem; e (c) nomeia a Emissora como legitima e eficaz procuradora para os fins de recebimento de qualquer notificação, comunicação ou citação em relação a eventual execução da fiança outorgada: (ii) a outorga de garantia real, sob forma de alienação fiduciária de imóvel ("Alienação Fiduciária de Imóvel"), pela Companhia, em garantia do fiel, integral, da matrícula nº 22.442, perante o 1º Oficial de Registo de Imóveis e Anexos da Comarca de Marília Estado de São Paulo ("Imóvel" e "Cartório de Registro de Imóveis", respectivamente), nos termos da Escritura de Emissão e do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e Outras Avencas" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel") a ser celebrado entre a Emissora, a Companhia e o Agente Fiduciário em até 360 (trezentos e sessenta) dias contados da Primeira Data de Integralização (conforme definido na Escritura de Emissão), na forma do Anexo I da Escritura de Emissão; (iii) autorizar a prática, pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia, de todos os atos que forem necessários à efetivação da deliberação acima, incluindo, mas não se limitando à celebrar a Escritura de Emissão, o Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel, o "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, Sob Rito de Registro Automático, da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Acões, em Série Única, da Espécie com arantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, da Marilan Alimentos S.A." Coordenação") e dos demais documentos necessários à realização da Emissão e da Oferta, inclusive eventuais aditamentos, bem como tomar todas as providências necessárias à implementação das deliberações a serem tomadas com relação à outorga da Fiança e da Alienação Fiduciária de Imóvel; e (iv) a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia, relacionados às deliberações acima. **Deliberações:** Por unanimidade de votos, sem quaisquer restrições, reservas ou oposição de qualquer membro dos acionistas da Companhia, foi aprovado: (i) a outorga de Fiança, pela Companhia, em garantia do fiel, integral, correto e pontual cumprimento pela Emissora em relação a todas e quaisquer obrigações, principais ou acessórias, presentes e/ou futuras assumidas pela Emissora nos termos das Debêntures, da Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia (conforme definido na Escritura de Emissão), incluindo todos e quaisquer valores, sem limitação, como o Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura de Emissão) das Debêntures, a Remuneração (conforme definido na Escritura de Emissão), os Encargos Moratórios (conforme definido na Escritura de Emissão), verbas de caráter indenizatório, a remuneração do Agente Fiduciário e demais despesas por este realizadas na execução da sua função, bem como uo regime l'aucitatio è demias despesas poi este l'ealizadus à la executació de sua futire, beni contro todo e qualquer custo ou despesa, inclusive de honorários advocatícios, peritos ou avaliadores, comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário, do Banco Liquidante (conforme definido na Escritura de Emissão), do Escriturador (conforme definido na Escritura de Emissão) ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos, outras medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e/ou da Escritura de Emissão ("Obrigações Garantidas") como fiador, principal pagador e responsável solidariamente com a Emissora, de forma irrevogável e irretratável, solidários entre si, pelo pagamento pontual, quando devido (tanto na Data de Vencimento, quanto na hipótese de vencimento antecipado ou em qualquer outra, conforme previsto na Escritura de Emissão), das Obrigações Garantidas tte existentes ou que vierem a existir no âmbito da Emissão. Adicionalmente, a Companhia, (a) expressamente aos benefícios previstos nos artigos 277, 301, 333, parágrafo único, 364, 365 366, 368, 821, 824, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil, assim como nos artigos 130, II, 131 e artigo 794 do Código de Processo Civil; (b) em razão da obrigação solidária, reconhece que não lhe assiste o benefício de ordem; e (c) nomeia a Emissora como legítima e eficaz procuradora para os fins de recebimento de qualquer notificação, comunicação ou citação em relação a eventual execução da fiança outorgada; (ii) a outorga da Alienação Fiduciária de Imóvel, pela Companhia, em garantia do fiel, integral, correto e pontual cumprimento pela Emissora das Obrigações Garantidas, do Imóvel nos termos da Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel, observado que o valor do Imóvel deverá corresponder a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do Saldo Devedor (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel); (iii) a autorização a prática, pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia, de todos os atos que forem necessários à efetivação da deliberação acima, incluindo, mas não se limitando à celebrar a Escritura de Emissão, o Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel, o Contrato de Coordenação e dos demais documentos necessários à realização da Emissão e da Oferta, inclusive eventuais aditamentos, bem como tomar todas as providências necessárias à implementação das deliberações a serem tomadas com relação à outorga da Fiança e da Alienação Fiduciária de Imóvel; e, (iv) a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia, relacionados às deliberações acima. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão para que se lavrasse a presente ata, em 3 (três) vias, a qual, depois de lida, discutida e achada conforme, foi aprovada em todos os seus termos, sendo assinada e rubricada em todas as suas folhas por todos os membros presentes, por mim Secretário e pelo Sr. Presidente. A presente ata é cópia fiel lavrada em livro próprio. Marília, 03 de outubro de 2025. **Mesa: José Geraldo Garla -** Presidente;

José Rubis Garla - Secretário. JUCESP nº 353.179/25-5 em 13/10/2025

#### ALTA PERFORMANCE MATERIALS DO BRASIL S.A. CNPI/ME N.º 72.930.332/0001-86 - NIRE 35.300.137.256

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2025. A Assembleia Geral Extraordinária da ALTA PERFORMANCE MATERIALS DO BRASIL S.A., instalada com a presen ça de acionistas representando a totalidade do capital social, independentemente de convocação, presidida e se-cretariada pela Sra. **CRISTIANE TOMAZ**, realizou-se às 10:00 horas, do dia 19 de setembro de 2025, na Cidade de Aracariguama, Estado de São Paulo, na sede social, na Rua Arthur César, n.º 200, Ronda, CEP 18.147-000. Na con formidade da Ordem do Dia, as seguintes deliberações foram tomadas, por unanimidade de votos: (a) REELEGER, para o Conselho de Administração da Companhia, para mandatos unificados de 3 (três) anos, (i) o Sr. FABIO DE JESUS SANCHES, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º 22.802.963-6 SSP/SP e inscrito no Cadastro da Pessoa Física do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o n.º 245.747.698-40, residente e domiciliado na Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, na Rua Luiz José Sereno, n.º 800, casa 233, Jardim Ermi da II, CEP 13.212-210; (ii) o Sr. PABLO MARTÍN PEÑA, norte-americano, casado, empresário, portador do Passa-porte Americano n.º 505442776, residente e domiciliado em 3525 Woodland Drive, Hilliard, Ohio, 43026, Estados Unidos da América; e (iii) o Sr. ANDREW JAMES BEER, canadense, casado, empresário, portador do Passaporte Canadense n.º HMV438312, inscrito no CPF/MF sob o n.º 234.203.178-59, residente e domiciliado em 6826 Vi-neyard Haven Loop, Dublin, Ohio, 43016, Estados Unidos da América, todos para mandatos unificados de 3 (três) anos, que se estenderão até a Assembleia Geral que vier a deliberar sobre as contas do exercício social que se encerrar em 31 de dezembro de 2028. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos informaram não estarem sujeitos a qualquer das hipóteses que os impediriam de tomar posse destes cargos, nos termos do arti go 147, §1º, da Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada). Os membros do Conselho de Administração são empossados por meio de assinatura dos respectivos Termos de Pos se, arquivados no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração da Companhia; e (b) CON-SIGNAR que, em decorrência da deliberação acima, o Conselho de Administração da Companhia fica assim composto: Srs. FABIO DE JESUS SANCHES, PABLO MARTÍN PEÑA e ANDREW JAMES BEER, , todos acima qualificados e com mandatos unificados de 3 (três) anos, que se estenderão até a Assembleia Geral que vier a deliberar sobre as contas do exercício social que se encerrar em 31 de dezembro de 2028. Os termos desta ata foram aprovados pelas acionistas presentes, que a subscrevem. Araçariguama, 19 de setembro de 2025. (aa) CRISTIANE TOMAZ, Presidente e Secretária da Mesa. p.p. ALTA PERFORMANCE MATERIALS HOLDINGS COMPANY (UK) LIMITED (anteriormente denominada INEOS Composites Holdings Company (UK) Limited) - Cristiane Tomaz; e p.p. ALTA PER-FORMANCE MATERIALS INTERNATIONAL HOLDINGS LLC (anterior inada INEOS Comp national Holdings LLC) - Cristiane Tomaz.

Confere com o original lavrado em livro próprio: CRISTIANE TOMAZ Presidente e Secretária da Mes

## AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado CNPJ nº 61.351.532/0001-68 - NIRE 35.300.052.463 EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas da AZEVEDO & TRAVASSOS S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada, em primeira convocação, no dia 6 de novembro de 2025, às 11 horas ("AGE" ou "Assembleia"), de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital "Ten Meetings" ("Plataforma Digital"), considerando-se, portanto, realizada na sede social da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, do, ainda, o envio de boletins de voto à distância (<u>"Boletins de Voto"</u>), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1975, conforme alterada (<u>"Lei das Sociedades por Ações"</u>), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (<u>"CVM"</u>) nº 81, de 29 de março de 2022, conforme em vigor (<u>"BVD"</u> e <u>"Resolução CVM 81"</u>, respectivamente), a fim de deliberarem sobre a seguinte matéria constante da ordem do dia: consignar a abertura do prazo para o exercício, pelos Acionistas, do direito de preferência de adquirir ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da MKS Soluções Integradas S.A., subsidiária integral da Companhia, na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia, em decorrência da venda, pela Companhia de tais ações ao Camaçari Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, pelos mesmos preços e con dições descritos em fato relevante datado de 23 de setembro de 2025. [NFORMAÇÕES GERAIS Os documentos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, e pela Resolução CVM 81 foram divulgados nos websites da CVM (https://www.gov.br/cvm/) e de relações com investidores da Companhia (https://ri.azevedotravassos.com.br) nes ta data e encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. ACESSO À PLATAFORMA DIGITAL A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da Plataforma Digital. Os acionistas que desejarem participar da Assembleia via Plataforma Digital, deverão acessar o endereço eletrônico https://assem bleia.ten.com.br/372382790 preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habi-litação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data da AGE (ou seja, até o dia 4 de novembro de 2025, inclusive) ("Cadastro"). Após a aprovação do Cadastro pela Compa nhia, o acionista estará habilitado a acessar a Plataforma Digital por meio do login e senha utilizados no Cadastro. A solicitação de Cadastro necessariamente deverá i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, confo me o caso, telefone e endereço de e-mail; e ii) ser acompanhada dos documentos necessários a participação na Assembleia (conforme detalhada no item "Documentos para Participação em Assembleia" abaixo). No caso de procurador ou representante legal, este deverá realizar o seu Cadastro no endereço https://assembleia.ten.com br/37238/790. Após o recebimento do e-mail de confirmação do Cadastro, deverá ser enviado, por meio do link fornecido neste e-mail, a indicação de cada acionista que irá representar, anexando os respectivos documentos de comprovação da condição de acionista e de representação, conforme detalhado anteriormente. O procurado ou representante legal receberá e-mail individual sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado en seu Cadastro e deverá providenciar, se necessário, a complementação de documentos nos termos e prazos exigi dos. O procurador ou representante legal que porventura represente mais de um acionista poderá votar na As sembleia apenas pelos acionistas cuja habilitação tenha sido confirmada pela Companhia. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o acionista (ou seu procurador, conforme o caso) receberá as instruções e orientações para acesso à Plataforma Digital, que autorizará apenas um único acesso na AGE. Essas informações serão enviadas exclusivamente para o endereço de e-mail utilizado pelo acio nista no Cadastro (ou seu respectivo procurador, conforme o caso). Caso o acionista (ou seu procurador, confor me o caso) não receba as instruções de acesso, deverá entrar em contato com a Diretoria de Relações com Inves tidores, por meio do e-mail <u>investidores@azevedotravassos.com.br</u>, com até 1 hora de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da AGE os acionistas que não efetuarem o cadastro e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso à AGE na forma e prazos previstos acima. Os acionistas que participarem da AGE via Platárorma Digital, de acordo com as instruções acima, serão considerados presentes à AGE, e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, nos termos do artigo 47, parágrafo 1º, da Resolução CVM 81. BVD O acionista poderá também participar da AGE via BVD, conforme instruções detalhadas contidas no próprio documento, bem como nos termos descritos a seguir: i) via envio de instruções de preenchimento do BVD aos seus agentes de custódia, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ii) via envio de instruções de preenchimento do BVD ao escriturador das ações de emissão da Companhia, qual seja, Itaú Corretora de Valores S.A. no caso de acionistas ti-tulares de ações depositadas no escriturador; ou iii) via envio de BVD devidamente preenchido diretamente à Companhia, conforme orientações constantes do próprio boletim, nos termos da Resolução CVM 81. O BVD, quando enviado diretamente à Companhia, deverá ser acompanhado de toda a documentação do acionista para participação na Assembleia (conforme detalhada no item "Documentos para Participação em Assembleia" abaixo) e de qualquer outra documentação indicada no próprio BVD, e recebido pela Companhia, em plena ordem e de acordo com o disposto acima, até 7 (sete) dias antes da data de realização da AGE, ou seja, até 30 de outubro de 2025 (inclusive). O BVD deverá ser enviado aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores por e-ma ao seguinte endereço eletrônico: investidores@azevedotravassos.com.br. DOCUMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO EM ASSEMBLEIA a) no caso de acionista pessoa física, documento de identidade com foto e, no caso de acionis ta pessoa jurídica ou fundo de investimento, o último Estatuto Social, Contrato Social ou Regulamento Consolida do e demais documentos societários que comprovem a representação legal do acionista e documento de identidade com foto do respectivo representante; e b) para fins de comprovação da titularidade de suas ações comprovante emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da Companhia conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central. Caso o acionista deseje ser representado na AGE por meio de procurador, observados os termos e condições da Lei das Sociedades por Ações, além dos do cumentos mencionados acima, deverá apresentar o original ou cópia autenticada do respectivo instrumento de mandato vigente e devidamente assinado com sua firma reconhecida, acompanhado do documento de identida de com foto do(s) respectivo(s) procurador(es). INFORMAÇÕES SOBRE PEDIDO DE INSTALAÇÃO DE CONSELHO FISCAL Nos termos do art. 5º, 1-A da Resolução CVM 81, a Companhia informa aos Srs. Acionistas que não há Conselho Fiscal instalado na presente data e que a sua instalação poderá ser requerida por acionistas que represen Sociedades por Ações e artigo 4º da Resolução da CVM nº 70, de 22 de março de 2022, conforme em vigor). Caso instalado o Conselho Fiscal, proceder-se-á à eleição de seus membros. <u>AGE DE MODO EXCLUSIVAMENTE DIGI-</u> <u>TAL</u>A realização da Assembleia de forma exclusivamente digital visa proporcionar maior acessibilidade e conveniência aos acionistas, permitindo a participação de qualquer local, sem as limitações geográficas ou logísticas do formato presencial. Essa modalidade visa garantir a participação de um maior número de acionistas e contribui para a otimização de tempo e recursos, tornando o processo mais eficiente e alinhado às tendências tecnológicas, sem comprometer a transparência e o direito de voto dos acionistas.

São Paulo, 16 de outubro de 2025 Josedir Barreto dos Santos Beisl Presidente do Conselho de Administração

#### **CONCESSIONÁRIA DA** LINHA 15 DO METRO DE SAO PAULO S.A.

CNPJ/MF N°. 33.458.409/0001-05 - NIRE N°. 35300535111 - COMPANHIA FECHADA

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE SETEMBRO DE 2025

DATA, HORA E LOCAL: Em 01 de setembro de 2025, às 11h00, na sede social da Con ida Doutora Ruth Cardoso, 8.501. 5º andar, sala 15. bairro Pinheiros, São Paulo/SP, **2. PRESENCA:** Acionistas repri sentando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei n. 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensados os avisos em face da presença da totalidade dos acio nistas, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. MESA**: Presidente: Roberto Penna Chaves Neto. Secretá ia: Fernanda Fonseca Reginato Borges. **5. ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre: (i) a eleição de membros do Conselh le Administração: (ii) a alteração do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia: e (iii) a consolidação do Estatuto So cial da Companhia. **6. DELIBERAÇÕES**: As acionistas da Companhia, por unanimidade de votos, após debates e dis cussões, deliberaram aprovar: **(i)** A lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130 parágrafo 1°, da LSA; **(ii)** A eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração: **(i) ANDRÉ GUSTAVO** SALCEDO TEIXEIRA MENDES, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 10.738.189-9/IFP-RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº. 071.918.857-18, para ocupar o cargo de membro efetivo e Presidente do Con-FIGUR DA ROSA, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº. 40.760.828-51/5JS/RS e inscrito no CPF/MF sob o nº. 004.314.410-14, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, com mandato a partir da presente data, ambos com endereço profissional na Rua Heitor dos Prazeres, nº 320, bairro Vila Sônia, São Paulo/SP, CEP: 05.522-000, e terão mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2027, permanecendo em seus cargos até a eleição e posse de seus respectivos substitutos. Os membros dc Conselho de Administração ora eleitos declaram ter conhecimento do artigo 147 da LSA, e alterações posteriores, e onseguentemente, não estarem incursos em quaisquer dos crimes previstos em Lei que os impecam de exercer ativ ades mercantis, conforme Termos de Posse, Declaração de Desimpedimento e de Renúncia à Remur dos na sede da Companhia; A composição do Conselho de Administração da Companhia, a partir de 15/09/2025, pas sará a ser composta da seguinte forma: **(i) ANDRÉ GUSTAVO SALCEDO TEIXEIRA MENDES**, brasileiro, casado, er genheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 10.738.189-9/IFP-RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº. 071.918.85 18, membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração da Companhia; (ii) MARCUS VINICIUS FIGUR DA ROSA, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº. 40.760.828-51/SJS/RS e insc o CPF/MF sob o nº. 004.314.410-14, membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia; (iii) FRANCIS CO PIERRIMI, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da Cédula de Identidade RG nº. 15.398.467/SSP/S e inscrito no CPF/MF sob o nº. 079.221.388-22, membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, todo om endereco profissional na Rua Heitor dos Prazeres, nº 320, bairro Vila Sônia, São Paulo/SP, CEP: 05.522-000; (iv' ROBERTO PENNA CHAVES NETO, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 59.478.664- 2/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 070.803.997-93, com endereço profissional à Avenida Doutor. Ruth Cardoso, nº 8.501, 5º andar, bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP: 05.425-070, membro efetivo do Conselho de Ad istração da Companhia; e (v) SÉRGIO LUIZ PEREIRA DE MACEDO, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº. 8.374.421-6/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 873.683.078-04, membro efetivo d Conselho de Administração da Companhia, com endereço profissional na Avenida Queiroz Filho, n.º 1.560, sala 112 Vila Hamburguesa, São Paulo/SP, CEP 05.319-000, todos com mandato de até a Assembleia Geral Ordinária de 2027 devendo permanecer em seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos. (iii) A alteração do artigo 12 do Esta tuto Social da Companhia, para prever a substituição cumulativa de cargo de Diretor em casos de ausência, impedi ento ou vacância, passando a vigorar com a seguinte redação: **Artigo 12.** *A administração da Companhia será exe*i cida por uma Diretoria Executiva composta por 2 (dois) membros, sendo um deles designado como Diretor Presidente admitida a reeleição. As atribuições específicas de cada Diretor serão definidas por deliberação do Conselho de Admi nistração. O mandato dos Diretores será de 2 (dois) anos, sendo facultado que permaneçam no cargo até que sejan substituídos ou reeleitos. A remuneração da Diretoria será fixada anualmente pelo Conselho de Administração, confor me disposto na alínea (ix) do artigo 10 deste Estatuto. **Parágrafo 1º.** Nos impedimentos ou ausências de qualque um dos Diretores, qualquer um dos demais poderá substitui-lo, sendo que o substituto exercerá, cumulativamente, o dois cargos. **Parágrafo 2°**. Em caso de vacância de quaisquer cargos de Diretor, assumirá interinamente qualquer ou tro Diretor, conforme vier a ser deliberado pelo Conselho de Administração, até a primeira reunião do Conselho de Administração, que designará o novo Diretor. O Diretor substituto exercerá, cumulativamente, os dois cargos até a eleição e *posse do novo Diretor (iv)* A consolidação do Estatuto Social da Companhia, de acordo com a alteração aprovada no item acima, conforme constante do Anexo I da presente ata, sendo uma via levada a registro perante a Junta Comer cial competente, sendo dispensada a publicação integral. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi en cerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presente sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MI 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Come cial competente. São Paulo/SP, 01 de setembro de 2025. <u>Assinaturas</u>: Roberto Penna Chaves Neto, Presidente e Fer-nanda Fonseca Reginato Borges, Secretária. Acionistas: **(1) MOTIVA INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE S.A.**, por Roberto Penna Chaves Neto; e (2) RUASINVEST S.A., por Paulo José Dinis Ruas e por Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz . Cer tifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. Roberto Penna Chaves Neto - Presidente da Mesa Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária - Assinado com Certifica

o *Digital ICP Brasil.* JUCESP nº 351.079/25-7 em 08.10.2025. Marina Centurion Dardani - Secretário Geral

#### **MENDELICS ANALISE GENOMICA S.A.**

CNPJ/ME nº 15.519.353/0001-70 - NIRE 35300437802 Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária a ser Realizada em 27/10/2025 ciudi de Convocação - Assemblea Geral Extraorumanta a ser realizada em 2/17/2025 Ficam convocados os Acionistas da Mendelics Análise Genômica S.A. ("Companhia") a se reunirem em AGE ("Assembleia"), a ser realizada no dia 27/10/2025 às 11h, por sistema de videoconferência do Google Meet, conforme link a ser disponibilizado em até 1 dia antes da Assembleia, para, no: termos dos Artigos 121 e seguintes da Lei 6.404/76, conforme alterada e em vigor ("Lei das S.A.") examinarem, discutirem e votarem a respeito da seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Extraodinária:** (i) Contratação de um financiamento junto ao BNDES com a finalidade e condições critas no Manual de Participação que se encontra à disposição dos acionistas na sede da Companhia ii) Autorizar os diretores da Companhia para a prática de todos os atos necessários à implementação das matérias deliberadas nesta Assembleia Geral Extraordinária. Informações Gerais: 1. Os documento: e informações relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia, ora convocada, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, e na pasta indicada no Manual de Participação que será enviado oportunamente. 2. Os Acionistas e seus representantes legais deverão comparece Assembleia munidos dos documentos de identidade. Caso desejem ser representados na Assembleia por procurador, os Acionistas deverão encaminhar à Companhia instrumento de mandato outorgado nos termos do Art. 126, §1º, da Lei das S.A. e da legislação aplicável, com poderes especiais, e documento de identidade e CPF do procurador presente, bem como, no caso de pessoa jurídica, cópias do documento de identidade e da ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação. Sendo o que nos cumpria para o momento, subscrevemo-nos. Atenciosamente, Laércio, losé de Lucena Cosentino (Presidente or Ornselho de Administração), David Schlesinger (Membro do Conselho de Administração), João Paulo Vasco Poiares Baptista (Membro do Conselho de Administração), André Valim (Membro do onselho de Administração), Thomaz Conde (Membro do Conselho de Administração), Juliana Tubino Membro do Conselho de Administração).

## COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES AEROPORTUÁRIAS

CNPJ/MF nº 09.352.896/0001-42 - NIRE 35.300.353.170

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2025

I. DATA, HORA E LOCAL: No dia 10 de março de 2025, às 09h (nove horas), na sede social da Companhia de Parti ipações Aeroportuárias ("<u>Companhia</u>"), localizada na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º andar — Parte, CEP 14551-065, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. PRESENÇA**: Presença da totalidade dos membros eleitos do Conselho de Administração em exercício, dispensadas, portanto, as formalidades de convocação. 3. MESA: Presi dente: Marcus Vinícius Vieira Macedo. Secretário: Ana Maria de Castro Rovai. **4. ORDEM DO DIA**: (i) aprovação da demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembr de 2021, 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023 e a proposta de destinação do resultado dos referido sociais, a ser submetida à aprovação dos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Ordinária. 5. DELI-BERACÕES: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, os Conselheiros presentes, após debates e discu sões, abstendo-se de voltar os legalmente impedidos, resolvem: 5.1. Diante dos Relatórios emitidos pela KPMG Audi-tores Independentes em 28 de junho de 2023, referente aos exercícios de 2020, 2021 e 2022 e 30 de agosto de 2024, rferente ao exercício de 2023, os Conselheiros decidiram se manifestar favoravelmente ao Relatório da Administr ão e recomendar à Assembleia Geral Ordinária: (i) a aprovação das demonstrações financeiras relativas aos exercí cios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021, 2022 e 2023, e, por conseguinte, das contas dos admini tudados, e (ii) propor destinação dos resultados dos exercícios sociais encerados em 31 de dezembro de 2020, 2021, 2022 e 2023, conforme os documentos apresentados aos membros do Conselho de Administração pelos Diretores da ompanhia na presente Reunião **6. ENCERRAMENTO**: Não havendo mais nada a ser tratado, a Reunião foi interror da pelo tempo necessário à lavratura desta ata que, lida, foi assinada por todos os presentes. **7. ASSINATURAS**: Pre idente da Mesa: Marcus Vinícius Vieira Macedo. Secretário: Ana Maria de Castro Rovai; Conselheiros: (i) Waldo Ed win Perez Leskovar; (ii) Ana Maria de Castro Rovai; (iii) Tobias Market; (iv) Marcus Vinicius Vieira Macedo; (v) Jose Ri-cardo Hernandez Larios; e (vi) Fábio Luiz Teles Cruz. Certificamos que a presente é cópia fiel da original lavrada no lio próprio, MESA: Marcus Vinícius Vieira Macedo - Presidente da Mesa, Ana Maria de Castro Rovai - Secreo. JUCESP nº 257.097/25-9 em 28.07.2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

#### **CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4** DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

**FATO RELEVANTE** 

A Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. ("<u>Companhia</u>" ou "<u>ViaQuatro</u>"), em continuidade aos co nunicados ao mercado divulgados nos dias 17 e 24 de setembro de 2025, comunica aos seus acionistas e ao mer ado em geral que, no dia 26 de setembro de 2025, foi celebrado o Termo Aditivo nº. 10 ao Contrato de Concessão Patrocinada nº. 4232521201 ("<u>Contrato de Concessão</u>") entre a Companhia e o Estado de São Paulo, com interve niência da Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("<u>ARTESP</u>"), da Combanhia do Metropolitano de São Paulo ("<u>Metrô</u>") e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos ("<u>CPTM</u>") e nuência da Companhia Paulista de Parcerias ("<u>CPP</u>"). O Termo Aditivo nº. 10 formaliza a assunção, pela Compa nhia, dos investimentos necessários para a extensão da Linha 4 até Taboão da Serra, totalizando R\$ 3.897.963.589,00 (data-base fev/2025), dos quais o Estado aportará R\$ 2.982.398.647,53 (data-base fev/2025), com financiamento em negociação pelo Estado de São Paulo junto ao Banco Mundial, conforme limites legais. A extensão contempla proximadamente 3,3 km, duas novas estações (Chácara do Jockey e Taboão da Serra), seis novos trens e uma su-estação de energia. O sistema de sinalização será objeto de aditivo específico a ser celebrado futuramente. O adi ivo também contempla o reconhecimento do deseguilíbrio econômico-financeiro decorrente da frustração de receita tarifária relacionada ao atraso na conclusão da Fase II da concessão, no valor de R\$ 531.705.443,34, na data-ba-se de fev/2025, conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia no dia 17/09/2025. O reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária em razão da extensão da Linha 4 e da frustração de receita tarifária relacionada ao atraso na conclusão da Fase II da concessão será realizado por meio de: (i) prorrogação ante-cipada do Contrato de Concessão por 20 anos, a partir de 21/06/2040; (ii) acréscimo de R\$ R\$ 0,4230 na tarifa a jue faz jus por passageiro transportado a partir de 01/09/2025 até o término da concessão; e (iii) receita tarifária da demanda adicional de passageiros gerada pela operação comercial da extensão; (iv) além do aporte de recursos de R\$ 2.982.398.647,53 (data-base fev/2025) indicado acima. A celebração deste aditivo está totalmente alinhada om o Plano Estratégico da Motiva apresentado no recente Capital Markets Day 2025, concretizando o crescimen o focado e sinérgico da Plataforma de Trilhos, com criação de valor aos acionistas, risco controlado, disciplina de apital e reforçando o compromisso ViaQuatro e da Motiva com o desenvolvimento da infraestrutura de mobilida-le urbana no Brasil. São Paulo/SP, 29 de setembro de 2025. CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A. Antonio Marcio Barros Silva - Diretor Presidente e de Relações com Investid

## ALTA PERFORMANCE MATERIALS DO BRASIL S.A.

CNPJ/MF N.º 72.930.332/0001-86 - NIRE 35.300.137.256 ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2025. nião do Conselho de Administração de **ALTA PERFORMANCE MATERIALS DO BRASIL S.A.**, instalada com a pre sença da totalidade de seus membros, independentemente de convocação, presidida pela Sra. MARIA ALICE NO-GUEIRA DE SÁ PIKIELNY SCHMUZIGER e secretariada pelo Sr. FABIO DE JESUS SANCHES, realizou-se às 13:00 ho-ras do dia 19 de setembro de 2025, na sede social, na Cidade de Araçariguama, Estado de São Paulo, na Rua Arthur César, n.º 200, Ronda. Na conformidade da Ordem do Dia, as seguintes deliberações foram tomadas, por unanimidade de votos: (a) REELEGER, para a Diretoria da companhia, (i) o Sr. FABIO DE JESUS SANCHES, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º 22.802.963-6 SSP/SP e inscrito no Cadastro da Pessoa Física do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o n.º 245.747.698-40, residente e domiciliado na Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, na Rua Luiz José Sereno, n.º 800, casa 233, Jardim Ermida II, CEP 13.212-210, para ocupar o cargo de **DIRETOR PRESIDENTE** da companhia; (ii) o Sr. **MARCELO HAMILTON SCHWARTZ DE MAGALHÃES**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG n.º 21.387.906-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 114,968.128-40, residente e domiciliado na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Luís Mariano Bueno, n.º 83, Jardim das Oliveiras, CEP 13.044-151, para ocupar o cargo de **DIRETOR FINANCEIRO** da companhia; e (iii) a Sra. ALESSANDRA MINALI, brasileira, solteira, engenheira química, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 20.159.246-0 SSP/SP e inscrita no CPF/ME sob o n.º 148.353.368-95, residente e domiciliada na Cidade de São Roque, Estado de São Paulo, na Rua Danton Castilho Cabral, n.º 30, Jardim das Flores, CEP 18.134-120, para ocupar o cargo de DIRETORA INDUSTRIAL DE FÁBRICA da companhia, todos para mandatos unificados de 3 (três) anos, que enderão até a primeira re ião do Conselho de Adn ração da Com te após a Assembleia Geral que vier a deliberar sobre as contas do exercício social que se encerrar em 31 de dezem bro de 2028. Fica consignado que os diretores ora eleitos firmaram, para os fins do artigo 147, §1º, da Lei das Socie dades por Ações (Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada), declarações de desimpedimento, as quais encontram-se arquivadas na sede da companhia. Os membros da Diretoria são empossados por meio de assinatura nos Termos de Posse, arquivados no Livro de Registro de Atas de Reunião da Diretoria da Companhia; e (b) CONSIGNAR que, em decorrência das deliberações acima, a Diretoria da companhia permanece assim compos-ta: <u>DIRETOR PRESIDENTE</u> – Sr. Fabio de Jesus Sanches; <u>DIRETOR FINANCEIRO</u> – Sr. Marcelo Hamilton Schwartz de Magalhães, e DIRETORA INDUSTRIAL DE FÁBRICA – Sra. Alessandra Minali, todos acima qualificados e com mandatos unificados de 3 (três) anos, que se estenderão até a primeira reunião do Conselho de Administração que se realizará imediatamente após a Assembleia Geral que vier a deliberar sobre as contas do exercício social que se encerrar em 31 de dezembro de 2028. Os termos desta ata foram aprovados pelos membros do Conselho de Administração presentes, que a subscrevem. Araçariguama, 19 de setembro de 2025. (aa) MARIA ALICE NOGUEIRA DE SÁ PIKIEL-NY SCHMUZIGER, Presidente da Mesa; FABIO DE JESUS SANCHES, Secretário da Mesa. p.p. PABLO MARTÍN PEÑA Maria Alice Nogueira de Sá Pikielny Schmuziger, p.p. ANDREW JAMES BEER – Maria Alice Nogueira de Sá Pikielny Schmuziger, FABIO DE JESUS SANCHES.

Confere com o original lavrado em livro próprio MARIA ALICE NOGUEIRA DE SÁ PIKIELNY SCHMUZIGER FABIO DE JESUS SANCHES

# **FERTGROUP S.A.**

CNPJ/MF 48.994.934/0001-12 - NIRE 35.300.607.163 ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2025

Data, Hora e Local: Realizada no dia 19/09/2025, às 9hs, na sede social do Fertgroup S.A., localizada na cidade de SP, SP, na Av, Presidente Juscelino Kubitschek, 1,909, 29º andar (parte), Torre Sul, Vila Olímpia, CEP 04,543-907 (<u>"Companhia"</u>). **Convocaçã**o: Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, nos termos do art. 124, §4º da Lei 6.404/76, conforme alterada "Lei das S.A."). **Presença:** Presentes os acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, conform sinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas. Composição da Mesa: Christianne Roncat Bittencourt Moraes Rego - Presidente; Marcus Vinicius Dantas de Campos Martins - Secretário. Ordem do Dia: Deliberar sobre (i) a ratificação da nomeação da empresa **Apsis Consultoria Empresarial Ltda.**, sociedade limitada com sede na Rua do Passeio, 62, 6º andar, Centro, na cidade do RJ, RJ, CNPJ 08.681.365/0001-30 (<u>"Avaliador</u>") come empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação ("Laudo de Avaliação") de determinado empresa especialmante responsavo pera elaboração do ladou de avaleição <u>la cuator de avaleição</u> y de deciminado créditos detidos pelos novos acionistas a serem cedidos à Companhia como pagamento do aumento de capital socio da Companhia, conforme descritos no Laudo de Avaliação; (ii) a aprovação do Laudo de Avaliação, anexo à present como o **Anexo I; (iii)** o aumento do capital social da Companhia; **(iv)** a alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em razão do aumento de capital da Companhia deliberado no item (iii) acima; (v) a autorização para a Diretoria da Companhia celebrar todos os atos necessários para implementar o aumento de capital, caso aprovado; e **(vi)** a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações**: Os acionistas deliberaram e aprovaram, por unanimidade e sem ressalvas: (i) a ratificação da nomeação do Avaliador como a empresa especializada responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação de determinados ativos detidos pelos novos acionistas da Companhia a serem conferidos à Companhia como pagamento do aumento de capital social da Companhia; (ii) o Laudo de Avaliação, anexo à presente como o **Anexo** I; (iii) aumentar o capital social da Companhia em R\$ 9.486.091,59, mediante a emissão de 7.296.993 novas ações ordinárias, ao preço de emissão de, aproximadamente, R\$ 1,30 por ação, calculado nos termos do artigo 170, § 1º, inciso II, da Lei das Sociedades poi Ações, passando o capital social d<u>e</u> R\$ 365.824.855,00, dividido em 361.598.940 ações ordinárias, todas nominativa e sem valor nominal <u>para</u> R\$ 375.310.946,59, dividido em 368.895.933 ações ordinárias, todas nominativas e sei valor nominal. O aumento ora deliberado foi integralmente subscrito e integralizado por Cesar Augusto Cornel, Marcelo Gomes Cequinel, Marília Porto Bonow Facin, Suelen Maria Parizotto Furlan, Felipe Viana Cornel Guilherme Viana Cornel mediante a cessão de determinados créditos à Companhia, devidamente avaliados n Laudo de Avaliação constante do **Anexo I,** nos termos dos boletins de subscrição anexos à presente como **Anexo II.** Os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia cederam expressamente os respectivos direitos de preferência ao qual faziam jus na subscrição das ações ora emitidas para Cesar Augusto Cornel, Marcelo Gomes Cequinel, Marília Porto Bonow Facin, Suelen Maria Parizotto Furlan, Felipe Viana Cornel e Guilherme Viana ornel; **(iv)** em razão do aumento de capital aprovado no item (iii) acima, aprovar a alteração do *caput* do Artigo 55 do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: "Artigo 5º - O capital socia. da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 375.310.946,59, dividido em 368.895.933 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." (v) a autorização à Diretoria da Companhia para a prática de todos os atos necessários para implementar o aumento de capital ora aprovado e respectiva itegralização das novas ações ora subscritas; e (vi) tendo em vista as deliberações tomadas acima, a reforma e onsolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar nos termos do Anexo III à presente ata. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, foram ncerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no Artigo 130, §1º da Lei das Sociedades por Ações, a qual lida e achada conforme, foi devidamente assinada. *A presente ata é cópia* fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo, 19/09/2025. Mesa: Christianne Roncatti Bittencourt Moraes Rego - Presidente; Marcus Vinicius Dantas de Campos Martins - Secretário. JUCESP - 351.497/25-0 em 08/10/2025.

E Agen por O Dia De Sp Editora

(100.000.000,00)

(1.350.000,00

8.063.744,62

100.000.000,00

351.940.963,00

Capital integralizado

Saldos em 31.12.2024

Devolução de empréstimo aos sócios

# **BS Holding S.A.**

				CNPJ/MF nº	05.275.432/0001-2	29			
				Relatório o	da Administraçã	0			
<b>Senhores Acionistas:</b> Em cum em 31.12.2024 e 31.12.2023.	primento às disp	osições legais e es	tatutárias, s	submetemos à apred	ciação de V.Sas. as	Demonstrações Fi	nanceiras resumidas da compa	nhia, referentes aos	exercícios findos A Diretoria
Balanços Patrimo	oniais Levantad	dos em 31 de De	zembro d	<b>e 2024 e 2023</b> (Va	lores expressos en	n reais)	Demonstração dos Fluxo	os de Caixa para	os Exercícios
Ativo	2024	2023	Passivo		2024	2023	Findos em 31 De	zembro de 2024	e 2023
Circulante			Circulant				(Valores ex	pressos em reais)	
Caixa e equivalentes de caixa	26.839,88	13.951,85	Forneced		400,00	400,00		2024	2023
Clientes	E1 00E 14	21.500,00	Obrigaçõe	es fiscais <b>Passivo Circulant</b> e	10,85	760,23	Fluxo de Caixa das Atividad	les	
Adiantamentos Impostos a recuperar	51.085,14 30.519,52	51.085,14 30.509,72	Não Circ		410,85	1.160,23	Operacionais		
Estoques	222.714,73	222.714,73		a apropriar		21.500,00	Lucro/(Prejuízo) do exercício	(199.465.754,38)	(42.286.462,00
Total do ativo circulante	331.159,27	339.761,44	Custos a		_	(2.199,12)	,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,	(199.465.754,38)	
Não Circulante	0011100,21			Passivo Não Circu	lante -	19.300,88	Redução (Aumento) nos	(10011001101,00)	(1212001102,00
Empréstimos e financiamentos				io Líguido		,	ativos operacionais		
a receber	553.930,78	553.930,78	Capital so	ocial .	351.940.963,00	251.940.963,00	Clientes	21.500,00	55.900,00
Depósitos judiciais	435.770,88	435.770,88	Adiantam	ento para futuro			Estoques	21.000,00	-
Investimentos	102.283.642,76	217.900.412,28	aumento	de capital	8.063.744,62	24.203.311,67	Adiantamentos		(49.174,98
Imobilizado	454.792,25	454.792,25	Prejuízos	acumulados	(56.480.068,15)	(14.193.606,15)	Impostos a recuperar	_	(1.950,68
Total do Ativo Não				o do exercício		(42.286.462,00)	imposios a recuperar	04 500 00	
Circulante	103.728.136,67	219.344.906,19		Patrimônio Líquido	104.058.885,09	219.664.206,52		21.500,00	4.774,34
				Passivo e do			Aumento (Redução) nos		
Total do Ativo	104.059.295,94	219.684.667,63	Patrimô	nio Líquido	104.059.295,94	<u>219.684.667,63</u>	passivos operacionais		
Domonotrooão	do Docultado	novo oo Evovoío	ioo Findos	s em 31 de Dezen	abra da 2024 a 2	000	Salários e encargos sociais	-	340,87
Demonstração	uo nesultado	•			ibio de 2024 e 2	023	Fornecedores	-	43,00
		(Valores expr	essos em re	eals)			Dividendos	-	-
	2024	2023			2024	2023	Obrigações fiscais	10,85	-
Receita Operacional Líquida	26.277,73	66.127,64		s financeiras	(180,14)		Custos a apropriar	-	(2.199,12
Custo das mercadorias				o Financeiro Total	(136,41)	55,37	Receitas a apropriar	21.500,00	(79.599,07
vendidas	140.621,11	8.738,02		esultados				21.510,85	(81.414,32
Lucro Bruto	166.898,84	74.865,66	Operaci				Caixa líquido gerado pelas		
Receitas (Despesas)				de equivalência			(utilizado nas) atividades		
Operacionais	/		patrimon		(199.237.269,52)	(42.209.922,38)	operacionais	(199.422.743,53)	(42 363 101 08
Despesas administrativas	(251.259,50)			antes do imposto			Fluxo de Caixa das Atividad		(42.000.101,30
Impostos e taxas	(143.357,70)	(14.854,54)		a e contribuição	(100 105 101 00)	(40.000.400.00)		ies	
Lucro Operacional antes do	(007 740 00)	(70 504 00)	social	la manda a	(199.465.124,29)	(42.286.462,00)	de Investimento	04.050.704.00	475 000 005 00
Resultado Financeiro	(227.718,36)	(76.594,99)		le renda e	(000.00)		Investimentos	84.058.794,99	175.022.805,33
Resultado Financeiro	40.70	000.04		ção social	(630,09)		Resultado de equivalência		
Receitas financeiras	43,73	829,81	(Prejuizo	) do Exercício	(199.465.754,38)	(42.286.462,00)	patrimonial	199.237.269,52	42.209.722,38
Demonstração das Mutação	es do Patrimô	nio Líquido para	os Exerc	ícios Findos em	31 de Dezembro	de 2024 e 2023	Caixa líquido utilizado nas		
		(Valores expre					atividades de investimento	283.296.064,51	217.232.527,71
							Fluxo de Caixa das Atividad	les	
				Adiantamento para Futuro Lucros/			de Financiamento		
			Aumento	Reserva	(Prejuízos)		Integralização/aumento de		
	Capital		e Capital		Acumulados	Total	capital	(100.000.000,00)	(191.874.413,00
0-1-1 04 40 0004				Legal	Acumulados		Adiantamento para futuro		
Saldo em 31.12.2021	60.066	.550,00 1.46	88.000,00	643.152,34		62.177.702,34	aumento de capital	16.139.567.05	16.866.472,54
Prejuízo do exercício		-		-	(14.836.758,49)	(14.836.758,49)	Caixa líquido gerado pelas		
Devolução de empréstimo aos	sócios	- 5.86	88.839,13		<del>-</del>	5.868.839,13	(utilizado nas) atividades		
Reserva legal		<del></del>		(643.152,34)	643.152,34		de financiamento	(83.860.432,95)	(175 007 040 46
Saldos em 31.12.2022	60.066	.550,00 7.33	36.839,13		(14.193.606,15)	53.209.782,98			(173.007.340,40
Prejuízo do exercício		-	-	-	(42.286.462,00)	(42.286.462,00)	Aumento (redução) líquida		(400 544 70
Capital a integralizar			03.311,67	-	-	24.203.311,67	caixa e equivalentes de ca		(138.514,73
Imobilizado	454	.792,25	-	-	-	454.792,25	Caixa e equivalentes de caixa		
Investimento	191.419	.620,75	-	-	-	191.419.620,75	no início do exercício	13.951,85	148.068,34
Devolução de empréstimo aos	sócios	- (7.33	36.839,13)	-	-	(7.336.839,13)	Caixa e equivalentes de caixa	ı	
Saldos em 31.12.2023	251.940		03.311,67		(56.480.068,15)	219.664.206,52	no final do exercício	26.839,88	13.951,85
Prejuízo do exercício			-		199.465.754.38)	(199.465.754,38)		12.888,03	(134.116,49
Capital à integralizar		- 85.21	10.432,95	- '	-	85.210.432,95			
Suprice a mogranizar		33.2				33.210.402,33		Diretoria	

Victoria Steinbruch - CPF 228.138.758-56

Adilson Monici - Contador - CRC 1SP 207459/O-0

(1.350.000,00)

104.058.885,09

(255.945.822,53)

As demonstrações financeiras completas estão à disposição dos Senhores Acionistas na sede da companhia

Edição Digital Certificada\*Quinta-feira, 16 de outubro de 2025

## COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES AEROPORTUÁRIAS

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2025 I. **DATA, HORA E LOCAL**: No dia 22 de maio de 2025, às 09h00 (nove horas), na sede social da Companhia de <sup>P</sup>articipações Aeroportuárias ("<u>Companhia</u>"), localizada na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º andar – Parte, CEP 04551- 065, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. 2. PRESENÇA: Presença da totalidade dos membros eleito do Conselho de Administração em exercício, dispensadas, portanto, as formalidades de convocação. 3. MESA: Presidente: Marcus Vinícius Vieira Macedo. Secretária: Ana Maria de Castro Rovai. 4. ORDEM DO DIA: Deliberar acerca das propostas aos acionistas da Companhia (i) da alteração do endereço da sede; (ii) da redução do capital social da Companhia, por ser considerado excessivo, sem o cancelamento de ações e (iii) da consequente alteração do Estatuto Social da Companhia, a serem submetidas à aprovação dos acionistas da Companhia em Assembleia Gera extraordinária. **5. DELIBERAÇÕES**: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, os Conselheiros presente após debates e discussões, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, resolvem: 5.1 Nos termos do Artigo 21, item "(viii)", do Estatuto Social da Companhia, sujeito à aprovação pela Assembleia Geral da Companhia, propor a alteração do endereço da sede da Companhia que passaria <u>de</u> Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º andar - Parte, Vila Olimpia, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 04551-065 para Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8501, 5º andar, Sala 9 - Parte, Pinheiros, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP: 05425-070. Caso aprovado o tema pela Assembleia Geral da Companhia, os Conselheiros consignam que deverá haver a conseguente alteração do Artigo 2° do Estatuto Social da Companhia. **5.2** Nos termos do Artigo 21, item "(viii)", do Estatuto Social da Companhia e em conformidade com o disposto no artigo 173 e 174 da Lei nº 6.404/1976, e demais disposições aplicáveis, sujeito à aprovação pela Assembleia Geral da Companhia, tendo em vista que, atualmente, o capital social da Companhia é no valor de R\$ 63.201.395,00 (sessenta e três milhões, duzentos e um mil, trezentos e noventa e cinco reais), sendo excessivo em relação ao objeto social da Companhia, os membros do Conselho de Administração da Companhia resolvem propor a redução do capital social da Companhia, no valor de R\$ 6.124.907,68 (seis milhões, cento e vinte e quatro mil, novecentos e sete reais e sessenta e oito centavos), sem o cancelamento de ações representativas do apital social da Companhia e com a restituição dos valores correspondentes a cada Acionista, na proporção de sua rticipação no capital social da Companhia, em moeda corrente nacional, observados os critérios e limites legais. 5.3 Os membros do Conselho consignam que: (i) não há Conselho Fiscal instalado na Companhia, por isso não houvi seu parecer acerca do tema e, (ii) que mesmo se aprovada a redução ora proposta pelos Conselheiros, o capital social da Companhia deve ainda permanecer excessivo às suas atividades. **5.4** Propor que, em aprovada a redução do capital social e após o prazo de manifestação dos credores, a restituição de valores aos Acionistas da Companhia, referida no item 5.1. acima, seja feita conforme disponibilidade de caixa da Companhia e no menor prazo possível, a ser deliberado oportunamente. 5.5 Por fim, sendo aprovada a redução do capital social da Companhia, deverá haver a consequente atualização do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. **6. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. **7. ASSINATURAS**: Presidente: Marcus Vinícius Vieira Macedo. Secretária: Ana Maria de Castro Rovai. **Conselheiros: (i)** Waldo Edwin Perez Leskovar; (ii) Ana Maria de Castro Rovai; (iii) Marcus Vinícius Vieira Macedo; (iv) Jose Ricardo Hernandez Larios; (v) Tobias Market; e (vi) Fabio Luiz Teles Cruz. MESA: Marcus Vinícius Vieira Macedo - Presidente da Mesa, Ana Maria de Castro Rovai etária. JUCESP nº 256.891/25-4 em 28.07.2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício

# CAIXA = =XS6 Assistência S.A. = Assistência (NPJ nº 39.565,194/0001-08 - NIRE 35.300.5752-11 Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 26 de Agosto de 2025 1. Data, Hora e Local: Reunião realizada no dia 26 do mês de agosto de 2025, às 10:00bs, na sede da XS6 ASSistência S.A. 2. Convocação: convocação enviada por correio eletrônico aos membros do Conselho de Administração da XS6 Assistência S.A. ("Companhia") no dia 21 de agosto de 2025, às 09:36bs. 3. Presença: Manifestaram-se os Srs. Felipe de Vasconcelos Soares Montenegro Mattos, João Cantos Armesto, Gibran Vega Marona, André Cimena, Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Junior e a Sra. Juscyneia de Amizaut Monção. 4. Mesa: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Felipe de Vasconcelos Soares Montenegro Mattos, Presidente do Conselho, e secretariados pela Sra. Patricia Santana, secretária designada. 5. Ordem do Día: deliberar sobre: (i) o Planejamento Estratégico Institucional - PEI 2025 - 2029; (ii) a Distribuição de Dividendos Intercalares Antecipados, referentes ao resultado do 1º trimestre de 2025; (ii) a Política de Segurança Cibernética; (iv) (a) a Revisão dos Valores Nominais constantes na Cláusula 6.3. do Acordo de Acionistas e propor à Assembleia Geral a manutenção dos valores previstos no referido Acordo me reunião a ser oportunamente convocada; (b) as alterações da primeira faixa de aprovação, bem como os limites de alçadas estabelecidos no sistema ERP: e confuecra sobre: volor e Nelatório da Diretoria Emerator do Carolidos de Administrativa, posição julho de 2025; (vi) o Relatório da Diretoria Financeira e Administrativa, posição julho de 2025; (vi) o Relatório da Diretoria Financeira e Administrativa, posição julho de 2025; (vi) o Relatório Da Del Presido de Administração resolveram, por unanimidade: (1) aprovar o Planejamento Estratégico Institucional - PEI 2025 - 2029 da Companhia, conforme Relatório Executivo - RED nº 05/2024 e anexo, apresentados pelo Diretor Financeiro e Administrativo, Sr. Carlos Eduardo da Costa Kamada. Os membros solicitaram o envio da memória stência CNPJ nº 39.565.194/0001-08 - NIRE 35.300.5752-11 Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 26 de Agosto de 2025

Cargos	Limites de Alçadas			
Gerentes	Até R\$ 40.000,00			
Superintendentes	Até R\$ 65.000,00			
Diretor Executivo	Até R\$ 100.000,00			
Diretoria Colegiada	Até R\$ 3.000.000,00			
Conselho de Administração	A partir de R\$ 3 000 000 01			

(v) conhecer o Relatório da Diretoria Comercial, B2B e B2C, posição julho de 2025, apresentado pelo Diretor Financeiro e Administrativo, Sr. Carlos Eduardo da Costa Kamada. Os membros solicitaram a inclusão da margem de contribuição por produto no próximo reporte e concordaram sobre a não necessidade de submissão ao Conselho de Administração da produto no próximo reporte e concordaram sobre a não necessidade de submissão ao Conselho de Administração da proposta de contrato com a Guarda Digital, empresa do ramo de tecnologia que disponibiliza serviços relacionados ao planejamento familiar pós falecimento. As negociações entre a Caixa Assistência e a Guarda Digital evolutiram para contratação de Assistências em dois formatos de negócios, a saber: Ofertas de Assistências no formato B2B2C, via site da Guarda Digital, para clientes/usuários finais que queiram adquirir o produto; e Ofertas de Assistência no formato B2B2C, via site da Guarda Digital, para clientes/usuários finais que queiram adquirir o produto; e Ofertas de Assistência no formato B2B, agregada ao serviço de Testamento Digital que oferta como B2B aos Grupos de Serviços Funerários atuais em sua carteira. (vi) conhecer o Relatório da Diretoria Financeira e Administrativa, posição julho de 2025, apresentado pelo Diretor Financeira e Administrativa, posição julho de 2025, apresentado pelo Diretor Financeira e Administrativo, Sr. Carlos Eduardo da Costa Kamada. Adicionalmente, solicitaram que no próximo reporte seja informado o valor pago de imposto nas aplicações finanda. Adicionalmente, solicitaram que no próximo reporte seja informado o valor pago de imposto nas aplicações financeiras. (vii) conhecer Relatório do Comitê de Auditoria, primeiro semestre de 2025, apresentado pela Gerente de Governança, Riscos e Compliance, Sra. Patrícia Santana. Documentos: Foram arquivados na sede da Companhia os documentos submetidos à apreciação dostas Reunião do Conselho de Administração. Encerramento e Lavardura da Ata: Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa considerou encerados os trabalhos da reunião do Conselho de Administração da Companhia, sendo a presente ata lavarda em forma de sumário, a qual foi achada conforme e assinada por todos os membros do Conselho de Administração. Certidão: A presente ata é cópia fiel da original, lavada em livro próprio. Barueri, 26 de agosto de 2025. Mesa: Felipe



# INOVAP 5 ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA. – EM LIQUIDAÇÃO

CNPJ N.º 11.964.190/0001-83 - NIRE N.º 35.224.240.101

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIO REALIZADA EM 01 DE SETEMBRO DE 2025

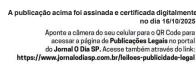
Cardoso, n.º 8.501, 5º andar, sala 1, parte, Pinheiros, CEP 05.425-070, São Paulo/SP, sede da Sociedade. **2. PRESENÇA**: Presente a única sócia da Sociedade. **3. MESA**: Presidene: Eduardo Sigueira Moraes Camargo e Secretária: Fernanda Fonseca Reginato Borges. 4. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre: (i) a cessação do estado de liquidação da Socie dade; (ii) tomar conhecimento do pedido de renúncia da Sra. Érika Natsumi Matsumo to como liquidante da Sociedade; (iii) a transformação do tipo societário da Sociedade, o como inquidante da sociedade, (in) a transformação do tipo sociedado da sociedade, de sociedade limitada em sociedade por ações; (iv) o Estatuto Social da empresa; (v) eleger os membros da Diretoria; e (vi) outros assuntos de interesse da Sociedade. 5. DELIBERAÇÕES: A única Sócia da Sociedade deliberou: (i) aprovar a cessação do esado de liquidação da sociedade, que continuará a operar normalmente com suas ativi dades empresariais, conforme seu obieto social, deixando de constar a expressão "em iquidação" em sua denominação; (ii) tomar conhecimento do pedido de renúncia da Sra. Érika Natsumi Matsumoto como liquidante da Sociedade, conforme carta de renúncia apresentada na presente data: (iii) aprovar a transformação da Sociedade de sociedade empresária limitada para sociedade por ações, nos termos dos artigos 220 e se-guintes da Lei nº 6.404/76, sem dissolução ou liquidação, mantendo-se todos os direitos, obrigações, patrimônio e escrituração da sociedade original, com as seguintes ca racterísticas: (a) Nova denominação: a sociedade passará a se denominar Inovap 5 Ad-ministração e Participações S.A., sucedendo integralmente a limitada transformada.; e (b) Capital social: permanece em R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), otalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, dividido em .400.000 (um milhão e quatrocentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme proporção das quotas anteriormente detidas. (iv) aprovar o nas, ancindudas como imposição das que a que a serior inferior e de desta de la companhia, tendo uma via le-statuto Social, conforme **Anexo I**, que passará a reger a Companhia, tendo uma via le-vada a registro perante a Junta Comercial competente, dispensada a sua publicação na ntegra: (v) determinar, nos termos do novo Estatuto Social, que a administração da Companhia será exercida por uma Diretoria composta por 2 (dois) Diretores; (vi) eleger (1) EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de identidade RG n.º 23.818.436-5 – SSP/SP e inscrito no CPF sob o n.º 148.195.698-13, para ocupar o cargo de Diretor Presidente; e **(2) JOSIANE CARVA**-LHO DE ALMEIDA, brasileira, divorciada, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 50.890.239-3 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº. 083.040.867-35, para ocupar o cargo de Diretora, ambos com endereço profissional na Avenida Dra. Ruth Cardoso, n.º 8.501, 5º andar, Pinheiros, CEP 05.425-070, São Paulo/SP, para o mandato de 2 (dois) anos, devendo permanecerem em seus cargos até a eleição e posse de seus subs-titutos. Os Diretores aceitam suas nomeações, declarando neste ato terem conhecimento do art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15/12/1976, e consequentemente, não estarem incurto do al. 147 da Letin 1.0.404, de 13/12/13/16, e Consequentemente, não estaterin múscos em quaisçuer dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer as atividades mercantis, conforme Termos de Posse e Declaração de Desimpedimento arquivados na sede da Companhia. (vii) aprovar o jornal "O Dia" para realização das publicações leseue la Companinia. (VII) aprova o Jornia de Obra para teanização das publicações re-gais da Companhia, conforme disposição do artigo 289 da LSA. (VIII) autorizar a Dire-toria da Companhia a tomar todas as providências necessárias à implementação das deiberações ora aprovadas 8. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar foi encer nada a reunião, lavrando-se a presente ata que, após lida e aprovada, é assinada por todo dos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo om previsto no artigo 10, §1º da MP 2.200-2/2001 e no artigo 5º, §1º, alínea "c" da Lei 79. 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo SP, 01 de setembro de 2025. Eduardo Siqueira Moraes Camargo - Presidente - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil e, Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária - As-sinado com Certificado Digital ICP Brasil. **Sócia: MOTIVA INFRAESTRUTURA DE** MOBILIDADE S.A. Eduardo Siqueira Moraes Camargo - Assinado com Certificado Diital ICP Brasil. JUCESP nº 350.914/25-4 e NIRE 3530067728-5 em 08.10.2025. Marina

INOVAP 5 ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA. – EM LIQUIDAÇÃO - CNPJ .964.190/0001-83 - NIRE N.º 35.224.240.101 - ANEXO I- INOVAP 5 ADMINIS-IRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A., ESTATUTO SOCIAL. CAPÍTULO I – DENOMINA ÇÃO, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO. Artigo 1º. A Inovap 5 Administração e Participa Ges S.A. ("C<u>ompanhia"</u>) é uma sociedade anônima fechada, que se rege pelo presente estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia em por objeto social a administração e operação de rodovias com fornecimento ou não de mão de obra e materiais, podendo participar como quotista ou acionista em sociedades, ou ainda, como consorciada em consórcios que visem à execução do presente objeto social. Artigo 3°. A Companhia tem sede e foro na Avenida Dra. Ruth Cardoso, n. 8.501, 5° andar, sala 1, parte, Pinheiros, CEP 05.425-070, São Paulo/SP, podendo, por de-liberação de suas acionistas abrir, transferir ou extinguir sucursais, filiais, agências, departamentos, escritórios, depósitos ou quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional e no exterior. **Artigo 4º**. A Companhia tem prazo indetermi-nado de duração. **CAPÍTULO II – CAPITAL SOCIAL E AÇÕES. Artigo 5º**. O capital social é de R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), totalmente subscrit e integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 1.400.000 (um milhão e qua rocentas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Parágrafo 1º. Cada ação ordinária conferirá a seu titular direito a 01 (um) voto nas deliberações da As-sembleia Geral. **Parágrafo 2°**. É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias. **Ar**tigo 6°. Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar rete total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe, cabendo à Assembleia Ge-fixar o respectivo valor de resgate e as demais características da operação. **CAPÍTU-**LO III - ASSEMBLEIA GERAL. Artigo 7°. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinaria mente até o dia 30 de abril do ano seguinte ao término do exercício social, e extraordi-nariamente sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem, observadas as prescrições legais e estatutárias. **Parágrafo único.** A Assembleia Geral será convocada e instalada nos termos da Lei nº 6.404/76 e presidida por acionista eleito por maioria de votos, o qual escolherá um dos presentes para secretariá-lo. **Artigo 8º**. As deliperações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomada por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. **Parágrafo único**. A legitimação e representação dos acionistas para a participação na Assembleia Geral deverá observar o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76. Artigo 9°. Sem prejuízo de outras atribuições previstas em lei ou no presente Estatuto, compete à Assembleia Geral deliberar sobre as seguintes matérias: (a) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (b) Fixação da remuneração global anual dos administradores; (c) Aumento do capital social da Companhia; (d) Redução do capital social da Companhia e/ou resgate de ações com ou sem redução do capital social; (e) Modificação dos direitos e vanagens das ações existentes; (f) Aprovação de laudo, de avaliação de bens a serem even ualmente incorporados ao capital social; (g) Modificação do objeto social e quaisque alterações deste Estatuto Social; (h) Fixação da política de dividendos da Companhia e suas alterações, incluindo a redução do dividendo mínimo obrigatório; (i) Fusão, cisão ou incorporação da Companhia; (j) Dissolução ou liquidação da Companhia; (k) Cessacão do estado de liquidação da Companhia: (I) Solicitação de recuperação judicial ou pevado de estado de inquitação do companha; (n) Solicitação de Tecuperação Joulicia do De-dido de autofalência pela Companhia; (n) Realização de Investimentos e despesas de capital em valor superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); (n) Emissão de deêntures pela Companhia, e a emissão pública pela Companhia de quaisquer outros tí-Denuties pera Companina, e a emissão puntica pera Companina de qualsquei outos un tulos ou valores mobiliários de divida, independentemente do valor; (o) Aprovar, previa-mente à sua celebração, contratos e aditivos (exceto aditivos de prorrogação de prazo ontratual) entre a Companhia e qualquer Parte Relacionada, conforme definido nos doimentos de governança da Motiva, que contempla, dentre outras, a definição prevista as normas contábeis vigentes, em valores superiores, em uma única operação ou em m conjunto de operações relacionadas, a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); (p) com qualquer terceiro, com valor superior, em uma única operação ou em um conjunto de operações relacionadas, a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); (q) Aquisi-ção, alienação, renúncia a direitos, transferência e/ou a constituição de ônus reais sobre pens do ativo permanente de valor superior, em uma única operação ou em um conjunto de operações relacionadas, a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); (r) Doação, pela Companhia, de quaisquer bens ou direitos, cujo valor seja igual ou superior, em ima única operação ou em um conjunto de operações relacionadas, de R\$ 500,000.00 unia unica operação ou em un conjunto e operações relacionidado, de las 30000,00 (quinhentos mil reais); (s) Aprovar a outorga de garantias ou contragarantias pela Com-panhia em favor de uma controlada ou coligada em valores superiores, em uma única operação ou em um conjunto de operações relacionadas, a R\$ 20.000.000,00 (vinte mihões de reais); (t) Empréstimos e/ou financiamentos a serem tomados pela Companhia,

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 01 de setembro de 2025, às 10h00, na Avenida Dra. Ruth | cionadas, a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); (u) Resgate, amortização, recom pra ou qualquer outro título de negociação com as ações ou outros valores mobiliários de emissão da Companhia; (v) Nomear e/ou destituir os auditores independentes da Companhia; (w) Aprovar a propositura de ações judiciais contra os poderes públicos fe-deral, estaduais ou municipais, inclusive autarquias, fundações e empresas estatais; e (x) Aprovar operações ou contratos de 'hedge" a serem realizados pela Companhia que não se enquadrem na política financeira da Motiva. **Parágrafo Único.** A aprovação de se enquatiem na pontica infanciera da wiotva. Paragarato directo. A aprovação to quaisquer matérias previstas no artigo 9º deverá observar, no que for aplicável, os docu mentos de governança da Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. ("<u>Motiva</u>"). **CAPÍ**-TULO IV – ADMINISTRAÇÃO. Artigo 10. A administração da Companhia compete à Diretoria Executiva, a qual terá plenos poderes para administrar e gerir os negócios so ciais, observadas as deliberações da Assembleia Geral, bem como praticar todos e quais quer atos relacionados aos fins sociais, devendo ser observadas as exceções prevista em lei e neste Estatuto Social. **Artigo 11**. A Diretoria é composta por 2 (dois) Diretore de reconhecida competência profissional, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral de Acionistas, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. **Artigo 12.** Dentre o Diretores eleitos, um será designado Diretor Presidente e o outro não terá designação específica. Parágrafo 1°. Os Diretores serão investidos em seus cargos em até 30 (trinespecinica. Falagida 1 - 35 mietores serán investidos en seus cargos en lace 3 di la taj dias a contar das respectivas datas de nomeação, mediante assinatura dos termos d posse lavrados no Livro de Registro de Atas de Reuniões da Diretoria e deverão perma necer em seus cargos até a investidura dos novos diretores eleitos. Parágrafo 2º. No seus impedimentos ou ausências, cada Diretor será substituído temporariamente pelo outro, o qual exercerá, cumulativamente, os dois cargos. **Parágrafo 3º**. Em caso de va cância do cargo de Diretor, assumirá interinamente outro Diretor, até a primeira Asser bleia Geral de Acionistas, que designará o novo Diretor. **Parágrafo 4º**. O Diretor que substituir outro Diretor na forma do presente artigo não fará jus a qualquer remunera ção adicional. Artigo 13. A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneraçã dos membros da Diretoria, e a Diretoria deverá alocar referida remuneração entre seus membros, levando em conta as responsabilidades, tempo dedicado às funções, compe tência, reputação profissional e o valor dos respectivos serviços no mercado. **Artigo**14. Compete aos Diretores cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral, e a prática, dentro das suas atribuições, de todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia. **Parágrafo 1º.** Compete ao Diretor Pre sidente: (a) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (b) Orientar e coordenar a atua ção dos demais Diretores; e (c) Dirigir as atividades relacionadas com o planejament geral da Companhia e suas controladas; e (d) Exercer outras atribuições que lhe forer cometidas pelos acionistas da Companhia. **Parágrafo 2º.** Compete ao outro Diretor as sistir e auxiliar o Diretor Presidente na administração dos negócios da Companhia e, sol a orientação e coordenação do Diretor Presidente, exercer as funções que lhes tenhan sido atribuídas pelo Acionistas. **Artigo 15.** A Diretoria, como órgão colegiado, exercer as seguintes atribuições: (a) Elaborar o orçamento, a forma de sua execução e os plano gerais da Companhia, submetendo-os à aprovação da Assembleia Geral; (b) Estabelece diretrizes decorrentes da orientação geral dos negócios fixada pela Assembleia Geral diante das políticas da Motiva; (c) Apresentar, sempre que solicitada pelos acionistas da Companhia, a evolução geral dos negócios da Companhia; e (d) Deliberar sobre outros assuntos que julgue de competência coletiva da Diretoria, ou a ela atribuídos pela Assembleia Geral. Artigo 16. Ressalvados os casos previstos nos parágrafos deste Artigo a Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada po ato ou assinatura: (a) De dois Diretores; ou (b) De um Diretor em conjunto com um pro curador; ou (c) De dois procuradores com poderes específicos. **Parágrafo 1º**. A Compa nhia poderá ser representada por apenas 01 (um) Diretor ou 01 (um) procurador cor poderes específicos na prática dos seguintes atos: (a) Receber citações ou intimações ju diciais ou extrajudiciais; (b) Receber quitação de valores devidos pela Companhia; (o Representar a Companhia em assembleias e reuniões de sócios de sociedades da qua participe; (d) Representar a Companhia nos mandatos com cláusula ad judicia; (e) Re-presentar a Companhia em depoimentos judiciais e em juízo, exceto para a prática de atos que importem renúncia a direitos; (f) Assinar correspondência, resposta de ofícios e demais documentos que não implique na assunção de responsabilidade e/ou pela Companhia; (g) Celebrar acordos judiciais e extrajudiciais; (h) Assinar declarações, defe sas, recursos e petições no âmbito de processos administrativos; (i) Obter certificações digitais perante as entidades certificadoras; e j) Praticar atos de simples rotina admin ugitais perainte a entidudes entrinculoris, e printaura atos de simples fotina autiminis trativa, inclusive perante repartições públicas, sociedades de economia mista, juntas co merciais, Departamentos Estaduais de Trânsito – DETRANS, Justiça do Trabalho, INSS FGTS e seus bancos arrecadadores, e outras da mesma natureza. Parágrafo 2º. A Acionistas poderão autorizar a prática de atos específicos que vinculem a Companhi, pela assinatura de apenas 01 (um) Diretor ou 01 (um) procurador regularmente consti tuído ou ainda, estabelecer competência e alcada para a prática de atos por um únic representante. Parágrafo 3º. Os instrumentos de mandato, com exceção do previst nos parágrafos 5º e 6º deste artigo, serão sempre firmados por dois diretores da Com panhia e não poderão ter prazo superior a 01 (um) ano, salvo aqueles para fins judiciais ou para representação em processos administrativos, que poderão ser por prazo indeter-minado. **Parágrafo 4°.** O limite de prazo disposto no parágrafo 3° supra não se aplica às procurações outorgadas pela Companhia, necessárias à consecução de contratos de financiamento firmados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e So cial – BNDES e à Caixa Econômica Federal - CEF. Nesse caso, as procurações que viere a ser outorgadas deverão permanecer vigentes até o total cumprimento das obrigaçõe previstas em tais financiamentos. **Parágrafo 5º**. Especificamente para representaçã da Companhia por prepostos em audiências, judiciais e extrajudiciais de gualquer natu reza, os instrumentos de mandato poderão ser firmados por: (i) 01 (um) diretor da Com panhia em conjunto com 01 (um) procurador com poderes especiais e específicos para esse fim, ou ainda, na impossibilidade da outorga nos termos do item (i) deste parágra fo, e (ii) O2 (dois) procuradores em conjunto com poderes especiais e específicos par-esse fim. **Parágrafo 6°**. Específicamente para outorga de instrumento de mandato pel Companhia para representação ativa e passiva, em Juízo e/ou fora dele, por advogado contratados para estas finalidades, poderão ser firmados por: (i) 01 (um) diretor em con junto com 01 (um) procurador da Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. – empres: ntegrante do mesmo grupo da Companhia, com poderes especiais e específicos para esse fim, ou ainda, (ii) 02 (dois) procuradores da Motiva Infraestrutura de Mobilidado S.A., empresa integrante do mesmo grupo da Companhia, sempre em conjunto, com porte de la companhia de la c deres especiais e específicos para esse fim. **CAPÍTULO V – CONSELHO FISCAL. Arti-go 17.** A Companhia terá um Conselho Fiscal não permanente. Quando em funciona-mento, o Conselho Fiscal será constituído por 3 (três) membros efetivos e respectivos sueleitos pela Assembleia Geral, CAPÍTULO VI - EXERCÍCIO SOCIAL, DE MONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS. Artigo 18. O exercício social terá iníci em 1° de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exerc cio social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. **Artigo 19.** / distribuição de dividendos ficará condicionada aos limites fixados pela Lei nº 6.404/76 quer quantitativamente, quer quanto à periodicidade de sua distribuição, sendo que dividendo obrigatório será de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do art. 202 da Lei. **Parágrafo Único**. A Companhia somente dis tribuirá dividendos excedentes ao dividendo mínimo obrigatório ou quaisquer outro benefícios societários, previstos neste Estatuto, quando resultarem da apuração, ao fina do exercício social, de lucros decorrentes do objeto social e desde que tais dividendo ou benefícios societários remanesçam após o pagamento de obrigações vencidas deco rentes do contrato de concessão, ainda que tais obrigações tenham se originado er exercícios financeiros anteriores ao da apuração dos lucros. Artigo 20. A Companhia por deliberação da Assembleia Geral, poderá (i) levantar balanços intermediários, ben como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços; ou (ii) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros exis tentes. **Artigo 21.** Os dividendos e juros sobre capital próprio pagos ou creditados se rão imputados ao dividendo obrigatório. **Artigo 22.** Os dividendos atribuídos aos acio nistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juro insuas astrao pagos nos prizes da Rri, some internet inclumento correção nos incuenta evoluções as e assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 (três anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em fa vor da Companhia. CAPÍTULO VII - LIQUIDAÇÃO. Artigo 23. A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Gera estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fis cal, que deverão funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remun ração. CAPÍTULO VIII – CASOS OMISSOS. Artigo 24. Os casos omissos serão resc em valores superiores, em uma única operação ou em um conjunto de operações rela- 🛭 vidos pela Assembleia Geral da Companhia, com base na legislação aplicável.

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda. Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código D48D-F442-5910-8D72







# PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/D48D-F442-5910-8D72 ou vá até o site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D48D-F442-5910-8D72



### **Hash do Documento**

14E3C9CFBFD5AB64BD692C40EB7A6BD26728B817CA9AE2B917E6EFAD9E3CABA5

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 16/10/2025 é(são) :

☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) 39.732.792/0001-24 em 16/10/2025 00:00 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

